



ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES – ESPECIALIDADE DE SEGURANÇA (GNR)

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**O POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE: QUE MODELO PARA
A GNR?**

AUTOR: Aspirante GNR INFANTARIA Ivo Rafael Fernandes Pona

ORIENTADOR: Capitão GNR CAVALARIA Mauro Justiniano Martins Ferreira

LISBOA, AGOSTO DE 2010



**ACADEMIA MILITAR
DIRECÇÃO DE ENSINO**

MESTRADO EM CIÊNCIAS MILITARES – ESPECIALIDADE DE SEGURANÇA (GNR)

TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA

**O POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE: QUE MODELO PARA
A GNR?**

AUTOR: Aspirante GNR INFANTARIA Ivo Rafael Fernandes Pona

ORIENTADOR: Capitão GNR CAVAVALARIA Mauro Justiniano Martins Ferreira

LISBOA, AGOSTO DE 2010

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, irmã e avós.

Em especial à minha namorada.

AGRADECIMENTOS

A todos que durante a fase de elaboração do Trabalho de Investigação Aplicada me apoiaram e incentivaram a produzir um trabalho credível, útil e relevante para o melhoramento do “policiamento de proximidade” empregue pelo patrulheiro. Aqueles que, pelos seus ensinamentos ao longo dos anos académicos transactos, tornaram possível elaborar este trabalho de forma correcta e cientificamente plausível. A todos aqueles que deram o seu contributo para que este trabalho fosse realizado, os meus sinceros agradecimentos.

Ao Capitão Mauro Ferreira, Comandante do Destacamento Territorial do Montijo, por toda a ajuda e orientação que foi prestada e dedicada, ao longo de todo este trabalho.

Ao Capitão José Borges, Chefe da Secção de Recursos Humanos da Escola da Guarda, pela sua pronta disponibilidade e auxílio em colaborar e disponibilizar tudo o que fosse necessário para a elaboração deste trabalho.

Ao Capitão Rogério Copeto, Responsável pelos “Programas Especiais” da Divisão de Emprego Operacional, da Direcção de Operações do Comando Geral, pela disponibilidade em responder à entrevista realizada.

Ao Capitão Paulo Azevedo, Comandante do Destacamento Territorial de Bragança, pela ajuda prestada no decorrer do estágio, bem como pela disponibilidade em responder às entrevistas exploratórias elaboradas no âmbito deste trabalho.

Ao Tenente-Coronel Fernandes, Comandante do Comando Territorial de Bragança, pela disponibilidade em responder às entrevistas exploratórias feitas no âmbito deste trabalho.

Ao Coronel Carlos Alves, pela ajuda prestada na elaboração do guião de entrevista realizada.

À Professora Doutora Manuela Sarmiento, pela ajuda que prestou, quando tal lhe foi solicitada, no encaminhamento lógico da elaboração do trabalho de campo.

À Professora Iria Gonçalves, pelo auxílio prestado na revisão ortográfica e lexical do trabalho.

Muito obrigado a todos.

ÍNDICE GERAL

DEDICATÓRIA.....	i
AGRADECIMENTOS	ii
ÍNDICE GERAL	iii
ÍNDICE DE FIGURAS.....	vi
ÍNDICE DE GRÁFICOS.....	vii
ÍNDICE DE QUADROS	viii
LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS.....	ix
RESUMO.....	x
ABSTRACT	xi

CAPÍTULO 1 INTRODUÇÃO	1
1.1 INTRODUÇÃO	1
1.2 ENQUADRAMENTO	1
1.3 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA.....	2
1.4 PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO	3
1.5 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO	3
1.6 OBJECTIVOS.....	4
1.7 HIPÓTESES.....	5
1.8 METODOLOGIA.....	5
1.9 SÍNTESE DE CAPÍTULOS	6

PARTE I - REVISÃO DA LITERATURA

CAPÍTULO 2 REVISÃO DA LITERATURA SOBRE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE..	7
2.1 INTRODUÇÃO	7
2.2 O POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE	10
2.3 TÉCNICAS DE PROXIMIDADE.....	12
2.3.1 ACÇÕES DE PREVENÇÃO	12
2.3.1.1 Vigilância	13
2.3.1.2 Informação.....	13

2.3.1.3 Visibilidade e Presença Policial.....	14
2.3.1.3.1 <i>Visibilidade Operacional</i>	14
2.3.1.3.2 <i>Visibilidade Social</i>	16
2.3.1.3.3 <i>Intervenção Legal como Factor de Prevenção</i>	16
2.4 AS PARCERIAS	17
2.5 PROGRAMAS ESPECIAIS.....	19
2.5.1 PROGRAMA "ESCOLA SEGURA"	20
2.5.2 PROGRAMA "APOIO 65 - IDOSOS EM SEGURANÇA"	20
2.5.3 PROGRAMA "COMÉRCIO SEGURO"	21
2.6 SÍNTESE	21

PARTE II - TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 3 METODOLOGIA.....	22
3.1 INTRODUÇÃO	22
3.2 METODOLOGIA.....	22
3.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO	23
3.4 MÉTODOS E TÉCNICAS	23
3.4.1 LOCAL.....	23
3.4.2 INQUÉRITO POR ENTREVISTA	24
3.4.3 INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	24
3.4.3.1 Universo e Amostra	26
3.5 CONCLUSÃO.....	27
CAPÍTULO 4 APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS	28
4.1 INTRODUÇÃO	28
4.2 ANÁLISE DOS INQUÉRITOS.....	28
4.2.1 ANÁLISE QUALITATIVA DESCRITIVA DOS DADOS DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA.....	28
4.2.2 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS DOS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO	30
4.2.2.1 Análise da Questão Nº 10.....	33
4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	34
4.3.1 INQUÉRITO POR ENTREVISTA	34
4.3.2 INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO	36
CAPÍTULO 5 CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES	38

5.1 INTRODUÇÃO	38
5.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES.....	38
5.3 REFLEXÕES FINAIS.....	39
5.4 RECOMENDAÇÕES	40
5.5 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO.....	41
5.6 INVESTIGAÇÕES FUTURAS.....	42
BIBLIOGRAFIA.....	43
APÊNDICES.....	47
APÊNDICE A - GUIÃO DE ENTREVISTA	48
APÊNDICE B - TRANSCRIÇÃO DA ENTREVISTA REALIZADA	51
APÊNDICE C - QUESTIONÁRIO REALIZADO À COMUNIDADE RESIDENTE NA ZA DO DTER DO MONTIJO E SEUS PTER	54
APÊNDICE D - QUADRO DE RESULTADOS	55
APÊNDICE E - MODELO "PREXVU"	60
APÊNDICE F - PROGRAMA INTEGRADO DE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE	61
APÊNDICE G - POPULAÇÃO RESIDENTE, POR CONCELHOS E FREGUESIAS, NA ZA DO DTER DO MONTIJO E SEUS PTER.....	62
APÊNDICE H - POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE (POLICE DE PROXIMITÉ) MODELO FRANCÓFONO.....	63
APÊNDICE I - POLICIAMENTO COMUNITÁRIO (COMMUNITY POLICING) MODELO ANGLO-SAXÓNICO.....	64
ANEXOS	65
ANEXO J - EVOLUÇÃO DA CRIMINALIDADE NOS ÚLTIMOS SETE ANOS	66
ANEXO K - SISTEMA POLICIAL DO REINO UNIDO	67
ANEXO L - SISTEMA POLICIAL PORTUGUÊS.....	68
ANEXO M - 4ª EDIÇÃO BARÓMETRO 2009 "SEGURANÇA, PROTECÇÃO DE DADOS E PRIVACIDADE EM PORTUGAL"	69
ANEXO N - CRIMES REGISTADOS PELAS AUTORIDADES POLICIAIS POR MUNICÍPIO SEGUNDO AS CATEGORIAS DE CRIMES, 2007	70
ANEXO O - RECUSAS - PORQUÊ?	71

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1: Modelo “Prexvu”	60
Figura 2: Organização do Programa Integrado de Policiamento de Proximidade.....	61
Figura 3: Mapa do Território Nacional do Reino Unido.....	67
Figura 4: Organograma do Ministério da Administração Interna	68

ÍNDICE DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Afirmação nº1: Os militares da GNR patrulham as ruas habitualmente.	30
Gráfico 2: Afirmação nº2: Os militares da GNR preocupam-se em abordá-lo para se inteirarem do que acontece no local.	31
Gráfico 3: Afirmação nº3: Os militares da GNR têm uma postura e comportamentos correctos no seu atendimento ao público.....	31
Gráfico 4: Afirmação nº4: O militar da GNR é educado e faz-se entender com clareza.	31
Gráfico 5: Afirmação nº5: O militar da GNR revela interesse quando lhe é apresentado um problema, preocupando-se com ele.....	31
Gráfico 6: Afirmação nº6: Sente que a GNR local está próxima da população.....	32
Gráfico 7: Questão nº7: Quando vê uma patrulha da GNR, os militares costumam estar: ...	32
Gráfico 8: Questão nº8: Com que patrulhamento se sente mais seguro(a)?	32
Gráfico 9: Questão nº9: Quando a GNR se encontra próxima de si, como classifica o sentimento de segurança que tem?	33
Gráfico 10: Correlação entre o sexo, idade e opção escolhida pelos inquiridos na questão nº9.	33
Gráfico 11: Representativo da evolução das participações da criminalidade geral nos últimos sete anos.....	66
Gráfico12: Representativo da escolha dos inquiridos para melhorar o clima de segurança em Portugal.	69

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1: Análise qualitativa descritiva dos dados do inquérito por entrevista.....	28
Quadro 2: Opinião da população residente na Zona de Acção do Destacamento Territorial do Montijo e seus Postos Territoriais sobre os aspectos que a GNR deveria mudar ou implementar para diminuir o sentimento de insegurança da população.....	34
Quadro 3: Teste Alfa de Cronbach.....	57
Quadro 4: Afirmação nº1: Os militares da GNR patrulham as ruas habitualmente.....	57
Quadro 5: Afirmação nº2: Os militares da GNR preocupam-se em abordá-lo para se inteirarem do que acontece no local.....	57
Quadro 6: Afirmação nº3: Os militares da GNR têm uma postura e comportamentos correctos no seu atendimento ao público.....	58
Quadro 7: Afirmação nº4: O militar da GNR é educado e faz-se entender com clareza.....	58
Quadro 8: Afirmação nº5: O militar da GNR revela interesse quando lhe é apresentado um problema, preocupando-se com ele.....	58
Quadro 9: Afirmação nº6: Sente que a GNR local está próxima da população.....	58
Quadro 10: Questão nº7: Quando vê uma patrulha da GNR, os militares costumam estar:	59
Quadro 11: Questão nº8: Com que patrulhamento se sente mais seguro(a)?.....	59
Quadro 12: Questão nº9: Quando a GNR se encontra próxima de si, como classifica o sentimento de segurança que tem?.....	59
Quadro 13: População residente, por concelho e freguesias, na zona de acção do DTer do Montijo e seus Pter.....	62
Quadro 14: Crimes registados pelas autoridades policiais por município segundo as categorias de crimes, 2007.....	70

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

C:	Concordo
CT:	Concordo Totalmente
D:	Discordo
DL:	Decreto-lei
DTer:	Destacamento Territorial
DT:	Discordo Totalmente
GNR:	Guarda Nacional Republicana
INE:	Instituto Nacional de Estatística
MAI:	Ministério da Administração Interna
NEP:	Norma de Execução Permanente
NTO:	Não Tenho Opinião
PIPP:	Programa Integrado de Policiamento de Proximidade
PTer:	Posto Territorial
RASI:	Relatório Anual de Segurança Interna
SPE:	Secção de Programas Especiais
SPSS:	Special Package for Social Sciences
TIA:	Trabalho de Investigação Aplicada
ZA:	Zona de Acção
4EBADTF&S:	4ª Edição do Barómetro ADT Fire & Security

RESUMO

Este Trabalho de Investigação Aplicada (TIA) visa analisar o “policiamento de proximidade” empregue pelos patrulheiros da Zona de Acção (ZA) do Destacamento Territorial (DTER) do Montijo e dos seus Postos Territoriais (PTer), na diminuição do sentimento de insegurança da comunidade.

Para a sua concretização, utilizaram-se diferentes fases e métodos de investigação, como a análise documental, o inquérito por entrevista e os inquéritos por questionário dirigidos a cidadãos residentes na ZA do DTER do Montijo e seus PTer.

Na primeira parte do trabalho, foi elaborado um enquadramento teórico sobre o “policiamento de proximidade”, no que toca à sua definição, técnicas usadas, parcerias e programas estabelecidos neste âmbito, que intensificam a relação da Guarda Nacional Republicana (GNR) com a comunidade. Assim, foi possível retirar desta parte, que o “policiamento de proximidade” não é fácil de implementar, exigindo muito dos patrulheiros e da própria instituição. Conclui-se, também, que um dos objectivos deste tipo de policiamento é melhorar a qualidade de vida do cidadão, que passa pela diminuição do sentimento de insegurança que este poderá ter.

Na segunda parte do TIA, foi feito um inquérito por entrevista ao Responsável pelos “Programas Especiais” da Divisão de Emprego Operacional, da Direcção de Operações do Comando Geral, o Capitão Rogério Copeto, e um inquérito por questionário à comunidade residente na ZA do DTER do Montijo e seus PTer.

No final deste trabalho concluiu-se que o patrulhamento mais eficaz para os inquiridos é o apeado e que, apesar de o “policiamento de proximidade” ser visto pela população inquirida como eficaz na diminuição do seu sentimento de insegurança, existe falta de formação dos patrulheiros neste âmbito.

Recomenda-se, assim, que seja projectada uma formação específica para os militares afectos a este policiamento de forma a ser executado de acordo com as directivas emanadas superiormente pela GNR.

Palavras-chave: POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE, SENTIMENTO DE INSEGURANÇA, PATRULHEIRO, COMUNIDADE, FORMAÇÃO.

ABSTRACT

This research Project of Applied Investigation (PAI) is designed to analyze the influence of "proximity policing", employed by the officers of the Zone of Action (ZA) of the Territorial Division (TDiv) of Montijo and its Territorial Stations (TSta), in diminishing the community's insecurity feeling.

To accomplish this goal, different phases and investigation methodologies were used, such as document analysis, interview survey and questionnaire surveys directed to citizens living in the ZA of Montijo's TDiv and its TSta.

In the first part of the this research project it is presented a literature review on "proximity policing", regarding its definition, used techniques, partnerships and programs established in this scope that enhance the relationship between the Republican National Guard (GNR) and the community. Thus, it was possible to conclude in this section that "proximity policing" is not easy to implement, requiring a great deal of effort from the patrolling officers, as well as the institution itself. It was also concluded that one of the purposes of this type of policing is to improve citizens' life quality, which depends on the decrease of their feeling of insecurity.

In the second part of this TIA, an inquiry was undertaken by interviewing the person responsible for the 'Special Programs' of the Division of Operational Employment, of the Operations Direction in the General Command, Captain Rogério Copeto, and a questionnaire survey was also applied to the community residing in the ZA of Montijo TDiv and its TSta.

Finally, one of the conclusions of this project is that for the respondents, the most effective patrolling is the pedestrian. Nevertheless, proximity policing is seen by the surveyed population as effective in decreasing their sense of insecurity, despite a lack of officers training in this matter.

It is recommended; therefore, that specific training should be designed for the militaries assigned to this kind of policing in way to be executed accordingly to the directives emanated superiorly by the GNR.

Key-words: PROXIMITY POLICING, FEELING OF INSECURITY, PATROLLING OFFICER, COMMUNITY, TRAINING PROGRAMS.

“Segurança só para alguns é, de facto, a insegurança para todos.”

Nelson Mandela

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

1.1 INTRODUÇÃO

A apresentação deste trabalho é o resultado de uma investigação desenvolvida com o objectivo de verificar como é constituído o modelo de “policiamento de proximidade” na GNR e de que forma este é empregue, por intermédio dos patrulheiros, para fazer frente ao sentimento de insegurança da população. Tornou-se importante identificar de que forma os programas que a GNR possui podem contribuir para um melhor policiamento, com vista a reter algumas medidas que sejam susceptíveis de adopção no futuro.

Esta investigação foi efectuada através de uma análise estatística baseada nas opiniões daqueles que mais beneficiam com o “policiamento de proximidade”, que é a comunidade local.

1.2 ENQUADRAMENTO

Desde a escolha do tema, “O policiamento de proximidade: Que modelo para a GNR?”, tornou-se importante delimitá-lo num problema mais restrito, pois o facto de ser bastante vasto e ter uma fita temporal reduzida, para a sua elaboração, não iria permitir que o mesmo fosse concluído atempadamente. No entanto, sempre com a preocupação de não elaborar um TIA ambíguo e sem interesse, mas sim algo de concreto e objectivo, tentou-se caminhar em direcção a problemas actuais, com o fim de retirar resultados pertinentes e novos para a GNR. Desta forma, seguindo sempre o tema inicial, achou-se necessário, primeiramente, delimitar o tema ao nível orgânico da GNR, circunscrevendo-se, então, o estudo e investigação à ZA de um DTer e seus PTer, por serem locais onde a GNR, através dos patrulheiros, tem uma relação mais directa com a comunidade e com os seus problemas.

O tema encontrava-se ainda demasiado abrangente, pelo que foi necessário delimitá-lo apenas à comunidade local, isto pelo facto de o autor pretender analisar quem directamente usufrui dos serviços de segurança. Todavia, ao ser estudada a comunidade, constatou-se

que se poderia analisar indirectamente as próprias instituições locais, visto que poderiam ser geridas pelas pessoas que iriam ser estudadas neste TIA, e que poderiam ter parcerias constituídas com a GNR para a prevenção da criminalidade local.

Assim, neste trabalho, irá fazer-se referência às parcerias que a GNR possui, procurando que o estudo englobe o sentimento de insegurança da comunidade para com o policiamento do patrulheiro. Desta maneira, concedeu-se primazia de estudo à comunidade que aleatoriamente caminha na rua, uma vez que é esta que usufrui com o “policiamento de proximidade” e que, maioritariamente, sofre com a criminalidade e cumulativamente com o sentimento de insegurança.

1.3 JUSTIFICAÇÃO DO TEMA

Ao ser lido o tema “O policiamento de proximidade: Que modelo para a GNR?”, destacam-se cinco pontos importantes. São eles: a GNR, a população, o relacionamento entre estas duas, a prevenção da criminalidade e o sentimento de insegurança da população.

A criminalidade, tal como outras áreas, tem conseguido acompanhar a evolução da sociedade e, desta forma, tem vindo a especializar-se. Apesar de apresentar uma diminuição¹ significativa do ano 2009 para o antecedente, a criminalidade consegue, diversas vezes, estar um passo à frente das Forças de Segurança. Assim, é normal ouvir-se falar cada vez mais em “policiamento de proximidade”², em “segurança comunitária”, em “policiamento comunitário”, em “parcerias”, e nos “sentimentos de insegurança”³ que a população vive, quer a nível das Forças de Segurança, quer a nível político. Com isto, há cada vez mais a preocupação em conseguir dirimir os problemas da sociedade, procurando-se aumentar a prevenção da criminalidade e a aproximação das Forças de Segurança à comunidade, ou vice-versa. Esta preocupação tem levado a que o “policiamento de proximidade” se molde aos programas⁴ de prevenção da criminalidade social, trabalhando as novas políticas e técnicas⁵ policiais, com o fim de atingir o seu objectivo, ou seja, a prevenção da criminalidade e a melhoria da qualidade de vida dos cidadãos. Contudo, como foi dito acima, a criminalidade acompanha a constante evolução da sociedade e, por este facto, o sentimento de insegurança por parte da população torna-se difícil de quantificar.

¹ Ver ANEXO J

² Discurso do MAI feito no 99º aniversário da Guarda Nacional Republicana, em 3 de Maio de 2010. Ver <http://www.mai.gov.pt/index.php?s=actualidade&actualidade=236> site acedido em 20 de Junho de 2010.

³ Ver APÊNDICE E

⁴ Programas como “Escola Segura”, “Apoio 65 - Idosos em segurança”, “Táxi Seguro” etc.

⁵ Técnicas como Acções de prevenção, Vigilância, Informação, Visibilidade e Presença das Forças de Segurança, etc.

Assim, é relevante estudar o sentimento de insegurança da comunidade, quando a GNR efectua o “policiamento de proximidade”, de forma a obter resultados que nos mostrem a confiança que a população deposita no policiamento que é executado.

Foi necessário delimitar o problema à comunidade da ZA de um DTer e seus PTer, que é aquela que efectivamente é abrangida pelo “policiamento de proximidade”.

Até à presente data, todos os trabalhos produzidos relacionados com “policiamento de proximidade” e com a relação da GNR com a comunidade, que foram analisados para este trabalho, cingiam-se demasiado às origens do “policiamento de proximidade”, incidindo muito sobre o exemplo de outros países e o contributo deste policiamento na prevenção da criminalidade. Mas nunca abordando um ponto tão importante, como é o caso do sentimento que a população tem relativamente ao policiamento que é efectuado pelos patrulheiros, mais propriamente, o sentimento de insegurança que vive. Por isso se decidiu seguir por esse caminho.

1.4 PROBLEMA DA INVESTIGAÇÃO

O principal objectivo que se procura atingir com este TIA é a resposta ao seguinte problema: “Será o policiamento de proximidade utilizado diariamente pela GNR, por intermédio do patrulheiro, eficaz na diminuição do sentimento de insegurança da comunidade?”.

1.5 QUESTÕES DE INVESTIGAÇÃO

Para se conseguir alcançar o objectivo acima referido, torna-se necessário obter respostas a outras questões que surgem, tais como: Se o “policiamento de proximidade” é visto como eficaz, pela população, na diminuição do sentimento de insegurança; Se os militares revelam interesse e preocupação pelos problemas da comunidade; Se o “policiamento de proximidade” empregue segue as directivas propostas pela GNR; E se os patrulheiros recebem formação específica e direccionada para o “policiamento de proximidade”.

Estas são as questões, com maior relevância, que se levantaram para dar início a este TIA, sendo que o objectivo é obter resposta às mesmas, de forma a conseguir responder à questão principal.

1.6 OBJECTIVOS

Vários dos trabalhos publicados acerca deste tipo de policiamento e da sua utilização, no que respeita ao nosso país, foram elaborados numa perspectiva de estudos de caso, restringindo-se apenas a uma determinada localidade ou área. Isto porque um tema deste tipo, para ser analisado a um nível nacional, exigiria custos extremamente elevados no que toca a recursos logísticos e económicos, assim como levaria demasiado tempo a ser concretizado.

Por este facto, este TIA irá ter incidência também num estudo de caso, uma vez que pretendemos responder a questões de “como” ou de “porquê”, em que não temos qualquer controlo sobre os acontecimentos que desejamos estudar, focalizando-nos em acontecimentos actuais, procurando somente, a explicação desses fenómenos (Carmo & Ferreira, 1998).

Neste trabalho, o estudo foca uma ZA que ainda não foi objecto de análise, que será o DTer do Montijo e seus PTer, que se justifica pelo facto da sua área de jurisdição incluir área urbana e área rural, sendo uma mais-valia para esta investigação. Desta forma, tem-se a possibilidade de analisar as opiniões sobre a actuação da GNR nestes dois tipos de áreas distintas por parte da comunidade. É ainda uma mais-valia, o facto de este DTer pertencer ao Distrito de Setúbal, onde presumivelmente o sentimento de insegurança, que está relacionado com a criminalidade, é maior, conseguindo desta forma, obter resultados mais fidedignos para a elaboração deste trabalho.

No que respeita à elaboração do TIA, este irá basear-se inicialmente em bibliografia geral, em trabalhos, em teses publicadas e artigos relacionados com o tema em estudo, dado que neste caso, muitos dos estudos existentes versam sobre universos e áreas bem delimitadas. Assim, o facto de este estudo ser feito sobre uma ZA do Território Nacional que ainda não foi alvo de qualquer análise relacionada com o tema abordado, só irá acrescentar conhecimento à instituição GNR, acerca da execução e utilização do “policiamento de proximidade” noutra parte do país. Os diferentes costumes, as outras culturas e tipo de comunidade dessa ZA, aumentam a curiosidade em saber qual a importância que este tipo de policiamento tem perante essa comunidade, qual o sentimento de insegurança que a mesma tem com o actual “policiamento de proximidade” e como é que estes vêm os diversos tipos de patrulhamento, de forma a poderem ser alterados, melhorados ou mantidos. No entanto, sempre com o objectivo de melhorar e evoluir os serviços prestados pelas Forças de Segurança, mais concretamente pela GNR, à população residente em Portugal.

1.7 HIPÓTESES

Para a elaboração deste trabalho, surgiram algumas dificuldades na forma como este seria abordado, o que levou à necessidade de seleccionar quatro hipóteses que irão acompanhar as questões de investigação lançadas anteriormente, sendo elas:

1. O “policiamento de proximidade” é visto como eficaz, por parte da população, na diminuição do sentimento de insegurança.
2. Os militares revelam interesse e preocupação pelos problemas da comunidade.
3. O “policiamento de proximidade” empregue segue as directivas propostas pela GNR.
4. Os patrulheiros recebem formação específica e direccionada para o “policiamento de proximidade”.

1.8 METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste trabalho foi, primeiramente, a sua vertente teórica, baseada em documentos, artigos de revistas, publicações académicas de teóricos e estudiosos do tema, trabalhos e teses publicadas já existentes, subordinados ao mesmo tema do TIA em questão.

Foram realizadas, também, pesquisas em vários sítios oficiais da internet, que permitiram recolher informação viável e pertinente, que pudesse estar relacionada com o tema do TIA a ser elaborado.

No que se refere à segunda parte do trabalho, ou seja, a componente prática, recorreu-se a outro tipo de métodos, tendo sido elaborados e utilizados inquéritos por entrevista semi-directiva e inquéritos por questionário. Foi também utilizada a observação directa, realizada durante os três meses de estágio, e embora esta não ter sido feita na área da população inquirida, possibilitou a aquisição de conhecimentos relativos à actividade operacional desenvolvida no terreno, bem como à atitude das pessoas para com os patrulheiros.

Para interpretação dos resultados obtidos, recorreu-se à análise estatística, que permitiu elaborar estatísticas factuais e de opinião pessoal.

Ao nível da metodologia científica, no que se refere aos critérios de redacção e apresentação do TIA, este teve como base as “Orientações para a Redacção de Trabalhos” da Academia Militar e o “Guia Prático sobre a Metodologia Científica” da Professora Doutora Manuela Sarmento.

1.9 SÍNTESE DE CAPÍTULOS

Pelo facto de abordar um tema tão específico acerca da utilização do “policiamento de proximidade” na diminuição do sentimento de insegurança da comunidade, entendeu-se por bem dividir o trabalho em duas partes fundamentais, que se consideram relevantes para o esclarecimento e apresentação dos resultados finais obtidos.

I Parte – A revisão da literatura neste trabalho destina-se à apresentação teórica de conceitos e ideias relacionados com o tema “policiamento de proximidade”. Faz-se uma abordagem sobre o actual modelo de “policiamento de proximidade” implantado pela GNR para servir a comunidade, relacionando-o com o sentimento de insegurança vivido por esta. Faz-se, também, nesta parte, uma abordagem ao conceito de parcerias e dos programas especiais que advêm deste policiamento.

II Parte – A esta segunda parte, será empregue todo o estudo levantado no terreno e que deu origem a este TIA. Aqui, haverá a apresentação, a análise e a discussão dos resultados obtidos através dos inquéritos por questionário e do inquérito por entrevista, justificando também as técnicas e meios utilizados na investigação e tratamentos de dados.

No final, irá fazer-se uma análise conclusiva, onde serão referidas algumas das limitações deste actual “policiamento de proximidade”, indicando também algumas medidas que possam servir como melhoria ao actual sistema de “policiamento de proximidade”, aplicado pelo dispositivo da GNR.

PARTE I – REVISÃO DA LITERATURA

CAPÍTULO 2

REVISÃO DA LITERATURA SOBRE POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE

2.1 INTRODUÇÃO

À medida que avançamos no tempo, a sociedade torna-se cada vez mais complexa, e a sua permanente evolução tem obrigado os diversos organismos vocacionados à prestação de serviços, a uma eficaz e eficiente administração e gestão pública.

Existe, assim, uma exigência cada vez maior do cliente em relação ao serviço prestado, e desta forma, aposta-se cada vez mais na aproximação deste mesmo serviço à população, resultando daí a necessidade de adaptar a GNR à sociedade moderna, formando-a para a prática de “policiamento de proximidade”, que deve ser geral, mas essencialmente, deve privilegiar os grupos sociais mais vulneráveis (Ministério da Administração Interna [MAI], 1999).

Os serviços das Forças de Segurança estão em permanente contacto com o público e, se por vezes são chamadas a actuar nos mais diversos casos possíveis e imaginários, muitas são as vezes que são obrigadas a acolher e ouvir aqueles que porventura tenham sido alvo de uma acção condenada pela sociedade ou que, porventura, queiram tão-somente qualquer informação útil. No limiar deste séc. XXI, a sociedade vive intensas transformações, onde o cidadão não só conhece os seus deveres, mas também os seus direitos e, desta forma, aprendeu a exigir uma melhor satisfação das suas necessidades, fundamentalmente no que respeita à prestação de serviços (MAI, 1999).

Esta necessidade de satisfação por parte dos cidadãos, aumenta ainda mais com algumas problemáticas que surgem no quotidiano, como é o exemplo do elevado crescimento demográfico que se verificou em zonas suburbanas, degradadas e altamente carenciadas, que desta forma desenvolveram as melhores condições para o aumento da criminalidade, fazendo crescer os apelos feitos pelos cidadãos à polícia (Alves, 2008).

A prevenção deste aumento da criminalidade nas sociedades modernas constitui um

elemento essencial para a qualidade de vida dos cidadãos, e se abordarmos o problema das drogas e da toxicodependência, podemos afirmar que o seu acréscimo veio criar novos criminosos em todos os estratos da sociedade. Deste modo, várias famílias, sem qualquer relação com o mundo do crime, viram essa realidade chegar à sua própria casa, sendo, muitas vezes, vítimas dos seus próprios filhos (General J. M. da Silva Viegas, comunicação pessoal, 15 de Dezembro de 1998).

Neste encadeamento, os problemas da insegurança ganham novos contornos, passando os cidadãos, a sentir este tipo de questões de forma mais intensa, o que mostra que as Forças de Segurança têm algumas limitações na sua actuação, principalmente no que toca à resolução destes problemas. Muito devido a isso, o conceito de segurança revela hoje sinais de aproximação da polícia ao cidadão e, principalmente, aos seus problemas. Contudo, já se começa a dissipar a ideia de que a segurança é um problema exclusivo das polícias, começando a emergir a tentativa dos representantes de cada comunidade se envolverem nos problemas da segurança (General J. M. da Silva Viegas, comunicação pessoal, 15 de Dezembro de 1998).

Assim, a filosofia de intervenção policial mais em voga, quer em Portugal quer na maior parte das democracias modernas, é o “Policiamento de Proximidade”⁶ ou “Policiamento Comunitário”⁷, segundo a designação francesa ou anglo-saxónica, respectivamente. Esta nova abordagem do fenómeno criminal assenta na premissa de que a efectividade do trabalho de prevenção criminal e a diminuição do sentimento de insegurança da sociedade aumentam substancialmente com o envolvimento da comunidade (MAI, 1999).

Antes de mais, importa distinguir, neste trabalho, o conceito de segurança e seguridade. Para Alves (2008), a segurança apenas se aplica a pessoas ou a coisas onde é revelado a falta de perigo. Quanto ao conceito de seguridade, segundo o mesmo autor, refere-se à tranquilidade do estado de espírito das pessoas, que surge da confiança que se tem da inexistência de perigos.

Desta forma, só haverá seguridade sem segurança, quando existir uma inconsciência de perigos, onde muitos assuntos são tratados com displicência, ignorando a atenção que se lhes deveria dar, mas no caso contrário, se houver segurança e não se sentir seguridade, pode ser traduzido numa doença ou numa paranóia da pessoa (Alves, 2008).

Assim, neste TIA apenas irá ser abordado o conceito contrário de segurança, ou seja, a insegurança que, através do Dicionário On-line da Porto Editora, é definida como a falta de segurança ou a presença numa situação que cause ameaça ou perigo.

Este conceito irá ser abordado, também, como um sentimento que afecta grandemente a

⁶ Ver APÊNDICE H

⁷ Ver APÊNDICE I

sociedade e que se alimenta de crises do dia-a-dia ou de ameaças resultantes dos processos de leitura que cada pessoa tira da realidade circundante (Alves, 2008).

Este sentimento é, maioritariamente, originado através da criminalidade, que Alves (2008), refere como sendo a delinquência juvenil, a pequena criminalidade, a violência urbana, o tráfico de droga, a alta violência, o crime organizado e o terrorismo. Facilmente se percebe que todo o crime, que apenas esteja relacionado com a realidade de cada pessoa, tendo como exemplo a violência doméstica contra cônjuge ou análogos, não vai afectar a segurança do resto dos cidadãos, dado que este crime se limita apenas àquela família e não se propaga directamente para o resto da comunidade.

Esse sentimento de insegurança que se vive na sociedade apresenta-se como um problema que, apesar de parecer invisível, provoca alterações significativas nas condições de vida que o cidadão considera como desejáveis (General J. M. da Silva Viegas, comunicação pessoal, 15 de Dezembro de 1998).

Para tentar suprimir este problema, as Forças de Segurança executam um policiamento próximo da comunidade, com o objectivo de esta se sentir melhor, mais segura e com confiança naqueles que zelam pela sua segurança. No entanto, este policiamento, por vezes, não é fácil de executar, apesar de se dizer que a GNR sempre fez “policiamento de proximidade”, principalmente em ambientes mais rurais (General J. M. da Silva Viegas, comunicação pessoal, 15 de Dezembro de 1998).

Este modo de fazer polícia apela à intervenção da sociedade, no sentido de haver uma participação conjunta nas questões de segurança específicas das localidades onde se insere (General J. M. da Silva Viegas, comunicação pessoal, 15 de Dezembro de 1998).

Embora se fale, em Portugal, de “Policiamento de Proximidade” e “Policiamento Comunitário”, o autor decidiu-se, no presente trabalho, pelo estudo do emprego do “policiamento de proximidade” na diminuição do sentimento de insegurança da população. Isto, porque não há nada implementado, ou mesmo a ser utilizado ao nível da GNR sobre “policiamento comunitário”. O próprio Ministro da Administração Interna, no discurso feito em 3 de Maio de 2010, no 99º aniversário da GNR, refere-se a “policiamento de proximidade” e não a “policiamento comunitário”, até porque este último tem a sua origem num país com um sistema policial⁸ muito diferente do português⁹.

⁸ Ver ANEXO K

⁹ Ver ANEXO L

2.2 O POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE

Antes de fazer qualquer referência ou avançar com uma definição acerca do “policiamento de proximidade”, temos antes que entender que policiar, de acordo com o Dicionário On-line da Porto Editora, consiste em vigiar segundo os regulamentos da polícia, guardar, fiscalizar, zelar ou civilizar.

Os cidadãos são o alvo directo do “policiamento de proximidade”, e a cada dia que passa, são detentores de mais conhecimentos e informações, tornando ainda mais exigente o trabalho que as Forças de Segurança têm que desempenhar, para criarem uma resposta rápida aos problemas que surgem nos seus quotidianos.

Estamos então, perante uma população mais activa que, para além de ser a receptora dos serviços prestados por este policiamento, também participam nestes mesmos serviços com o objectivo de contribuir para a segurança de todos (MAI, 1999).

No entanto, este tipo de polícia não se pode limitar a reagir apenas aos acontecimentos, mas sim a antecipar, estando sempre pronta a intervir, fazendo com que o patrulheiro tenha uma implicação pessoal na resolução dos diversos tipos de conflitos sociais, procurando alternativas, bem como antecipar incivildades ou crimes que possam ocorrer (MAI, 1999).

Neste tipo de policiamento, torna-se necessário e imprescindível construir redes de “parcerias” com todas as forças vivas locais, tendo como exemplo os “contratos locais de segurança”¹⁰, com o objectivo de efectuarem uma mobilização de recursos e conjugação de esforços, de forma a abordar os problemas de uma maneira global e interdisciplinar, partilhando, deste modo, responsabilidades com a comunidade (MAI, 1999).

É visível assim que, o “policiamento de proximidade” exige que as Forças de Segurança que o execute, conheça o território, que seja conhecida pelos seus habitantes, de tal forma que pelos seus métodos de trabalho e implementação no terreno, permita uma proximidade da população.

Contudo, o “policiamento de proximidade” de que se tem vindo a falar até ao momento requer não só um aumento da qualidade de acção das Forças de Segurança, mas também um aumento na sua visibilidade e capacidade de inserção na vida das comunidades. Mas este aumento só é possível, se houver um apoio das Forças de Segurança no diálogo permanente com a comunidade e com as entidades civis que a representam (MAI, 1999).

Assim, este tipo de actuação origina um sistema de policiamento mais visível, mais preventivo, mais eficaz e acima de tudo mais empático com as populações, com o fim de criar nelas um espírito de cooperação e confiança nas Forças de Segurança, reduzindo a

¹⁰ Os Contratos Locais de Segurança (CLS) são o quadro de referência da estratégia local de segurança. O contrato é celebrado pelo MAI e qualquer município interessado, respeitando as áreas de segurança pública, prevenção da criminalidade, segurança rodoviária e protecção civil.

criminalidade e o sentimento de insegurança, alimentando-se este último, segundo Alves (2008, p. 176), “...de medos difusos, que a polícia não controla, e afecta grandemente o nível das exigências e das políticas locais.”.

A insegurança mostra-se bastante difícil de medir pois, apesar de estar relacionada, por um lado, com crimes e diversas incivildades, por outro lado, os sentimentos de insegurança dos cidadãos que, apesar de serem processos de leitura do mundo que os rodeia, assumem um carácter subjectivo, contribuindo para a sua difícil avaliação (Alves, 2008).

Alves (2008) refere que o sentimento de insegurança se trata de uma interpretação pessoal de cada cidadão, e não de uma simples leitura da realidade porque, para este autor, não é necessário ter-se vivenciado um crime ou incivildade, ou até mesmo ter contactado com uma vítima, aliás, este sentimento alimenta-se das crises existentes no dia-a-dia de cada cidadão, podendo ser de origem económica, política, social, educacional ou criminológica. Este pensamento de Alves diz-nos que as pessoas mais inseguras não são as que directa e indirectamente são mais ameaçadas, mas sim aquelas que se mostram mais frágeis em relação ao modelo da sociedade actual.

No entanto, através da 4ª Edição do Barómetro ADT Fire & Security [4EBADTF&S], (2009) pode-se verificar que mais de metade dos portugueses inquiridos considera que a insegurança aumentou¹¹ em 2009, apesar de haver uma diminuição¹² da criminalidade do ano 2009 para o antecedente.

Desta forma, como refere Oliveira (2006), apesar de o mal-estar social ser originado pela associação da criminalidade ao sentimento de insegurança, podemos afirmar que medir o sentimento de insegurança se mostra quase impossível, dado que mesmo com a diminuição da criminalidade, a população não se sente menos insegura, muito pelo contrário, ainda aumenta essa insegurança. Esse facto deve-se, para mais de metade dos inquiridos, a comportamentos anti-sociais¹³, segundo a 4EBADTF&S (2009). Todavia, Alves (2008) aponta, também, para o facto de cada cidadão interpretar a realidade à sua maneira.

Assim, para suprimir a insegurança vivida pelos cidadãos, segundo a 4EBADTF&S (2009), quase metade dos portugueses que foram inquiridos referem o aumento¹⁴ do número de efectivos das Forças de Segurança como uma forma de obter um clima mais seguro. No entanto, sobre este assunto, o MAI (1999) refere que a relação interactiva e dinâmica da GNR com a comunidade e instituições civis é um dos factores mais importantes, fazendo com que se promova e potencialize a troca de informações entre os dois, encontrando-se assim todos envolvidos e, de certa forma, responsabilizados, na resolução de problemas.

¹¹ Ver ANEXO M.1.

¹² Ver ANEXO J

¹³ Ver ANEXO M.2.

¹⁴ Ver ANEXO M.3.

O que se pretende, com este tipo de policiamento, é desenvolver uma polícia pró-activa em detrimento de uma polícia reactiva, cuja acção é ditada apenas pelas situações que surgem.

O “policiamento de proximidade” é, então, um policiamento feito junto das comunidades onde são criadas empatias e sinergias com as entidades locais, no sentido de lhes prestar o apoio necessário.

Este policiamento constitui uma nova filosofia e uma nova estratégia organizacional, que permite às Forças de Segurança e à comunidade trabalharem em conjunto para conseguirem encontrar formas inovadoras de resolver os problemas sentidos por todos. Todavia, isto não significa que este policiamento acabe com todos os problemas que emergem na comunidade, apenas aponta mais formas para fazer frente a esses problemas. Significando, também, que, para perceber as ilegalidades ou incivildades existentes num local, é necessário haver um estudo rigoroso dos factores que as provocam, o qual pode ser conseguido através da comunicação e interacção com a comunidade (MAI, 1999).

2.3 TÉCNICAS DE PROXIMIDADE

Existem algumas técnicas que são utilizadas neste tipo de policiamento que têm como objectivo concretizar e aplicar dois pilares fundamentais no “policiamento de proximidade”: a **prevenção** e a **qualidade de serviço** (MAI, 1999).

No entanto, no acto de policiar, são as acções de prevenção que se mostram mais importantes, não descurando, como é óbvio, a qualidade na prestação de serviços, dado que é esta prevenção que, de facto, vai influenciar a confiança da população na GNR (MAI, 1999).

Por este motivo, apenas serão abordadas as técnicas de prevenção, pois são aquelas que estão mais relacionadas com o policiamento que os patrulheiros executam.

2.3.1 ACÇÕES DE PREVENÇÃO

O “policiamento de proximidade”, sendo este voltado para a população, privilegia a prevenção, fazendo com que as Forças de Segurança desenvolvam o exercício no sentido de serem mais pró-activas e menos reactivas.

Esta prevenção traduz-se em quatro modalidades, sendo elas: a vigilância, a informação, a visibilidade e a intervenção legal (MAI, 1999).

2.3.1.1 Vigilância

A vigilância consiste numa modalidade que deve ser direccionada para todos os problemas que se encontrem já identificados, como sendo aqueles que geram a insegurança e o mal-estar entre as populações. Estes problemas podem ir desde a falta de iluminação num local, até aos assaltos que possam ocorrer. E sendo a prevenção e a qualidade de serviço pilares fundamentais do “policiamento de proximidade”, esta modalidade de prevenção não pode deixar ocorrer estes problemas.

Desta forma, a vigilância irá incidir na observação desses locais, realçando a conduta e actividades das comunidades, bem como as condições propícias que, no desenvolvimento de actividades, ocorrendo quer em lugares públicos quer em lugares privados, poderão causar potenciais ilegalidades mas, também, locais onde se possam vir a praticar crimes ou incivildades (MAI, 1999).

Para se fazer frente a estes problemas, é necessário adequar este processo de vigilância a todas as instituições informais de controlo social, tais como, a família, a escola e a igreja. Poderão, para o efeito, realizar-se acções de sensibilização com o objectivo de se alertar toda a população que a própria segurança começa neles e que deve ser transmitido às Forças de Segurança todas as situações que achem ser anormais, contribuindo todos, de uma forma activa, para diminuir o sentimento de insegurança e para tentar acabar com situações geradoras de conflitos (MAI, 1999).

2.3.1.2 Informação

Outra das modalidades de prevenção consiste na troca de informação, ao nível da segurança e dos hábitos preventivos, entre as Forças de Segurança e as populações (MAI, 1999).

Mostra-se importante que as populações tenham um conhecimento real das preocupações e do trabalho que é desenvolvido pelas Forças de Segurança e, para que isso seja possível, é necessário estabelecer-se mecanismos fluentes de partilha e de contacto directo entre as duas partes (MAI, 1999).

Para que estes mecanismos funcionem, é necessário, através dos elementos mais importantes da comunidade, dar-lhes a conhecer as preocupações e os cuidados que as Forças de Segurança têm. Contudo, é necessário também criar estratégias e sistemas de informação dirigidos, tanto para sectores específicos da sociedade, como para grupos minoritários, grupos de risco, certas actividades, certos problemas e determinados bairros,

de forma a manter sempre actualizada toda a população sobre os problemas que ocorrem no dia-a-dia (MAI, 1999).

Torna-se desta forma evidente que esta modalidade de prevenção obriga a constituição de pastas temáticas, que são fundamentais na organização de informação pertinente relativa à segurança, sendo esta constantemente actualizada e estudada pelos elementos afectos a cada área (MAI, 1999).

Para complementar a organização da informação, através do MAI (1999), são elaboradas guias, onde, de uma forma lúcida e sucinta, estão listados todos os aspectos pertinentes que ajudarão a população a reportar situações importantes.

Outro papel fundamental que desempenha a informação, é na actualização da população, tentando aclarar todas as situações que sejam novas para esta, como a divulgação de novas leis, podendo esclarecer os seus conteúdos, actuando como reais mediadores entre a lei e a vida. Cumulativamente, existe ainda por iniciativa policial, a informação "porta a porta", direccionada principalmente para as vítimas de crime, pessoas com maior sentimento de insegurança ou maior isolamento, comerciantes e associações locais que, por qualquer motivo, se vêem impedidos de poderem comparecer em reuniões existentes sendo-lhe, desta forma, prestados os devidos auxílios (MAI, 1999).

2.3.1.3 Visibilidade e Presença Policial

A presença e a visibilidade das Forças de Segurança, num determinado local, constituem um factor fundamental na diminuição do sentimento de insegurança, uma vez que são geradoras de um sentimento tranquilizador por parte das populações e, ao mesmo tempo, inibem e dissuadem a prática de crimes ou incivildades que, possivelmente, poderiam ocorrer no local se não houvesse esta presença da patrulha (MAI, 1999).

Para a realização das suas funções neste tipo de policiamento, as Forças de Segurança devem ter **visibilidade operacional** e **social**, subdividindo-se esta última, em visibilidade institucional e visibilidade de concertação (MAI, 1999).

2.3.1.3.1 Visibilidade Operacional

Quanto à visibilidade operacional, que consiste num normal patrulhamento diário de uma ZA de um DTer ou PTer, esta é realizada através do patrulhamento apeado, auto e equestre. A patrulha é considerada o elemento chave do "policiamento de proximidade" através do

patrulhamento apeado uma vez que, dos três tipos de patrulhamento, através da Directiva nº31/99 (sobre “POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE”), é neste que o patrulheiro tem um contacto directo com a comunidade e é este patrulhamento entendido como o mais apropriado no policiamento das localidades.

Relativamente ao patrulhamento auto, este deve ser prioritariamente utilizado para dar resposta rápida às solicitações tipificadas como necessitando de uma intervenção urgente, de acordo com a Directiva nº31/99 (sobre “POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE”).

Isto porque, se forem colocados muitos carros patrulha a policiarem um determinado local, esta actuação por si só, é geradora de intranquilidade nas populações, já que normalmente é entendida pelos cidadãos como se existisse um perigo próximo. Para além disso, o uso regular deste tipo de patrulhamento faz com que a população crie um sentimento de delegar na GNR toda a tarefa e responsabilidade de segurança, quando, contrariamente, o que se pretende com os princípios do “policiamento de proximidade” é, também, a responsabilização da comunidade na sua própria segurança (MAI, 1999).

Ainda relativamente ao patrulhamento apeado, através da Directiva nº31/99 (sobre “POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE”), denota-se que é o mais eficaz no policiamento das localidades, devendo ser direccionado para determinados locais, e não de uma forma aleatória. Isto porque, o envio de uma patrulha, diariamente, para locais diferentes dos dias anteriores ou para locais onde na véspera houve problemas, com a finalidade de se fazer sentir na população que existe policiamento em todos os locais e que a situação está sob controlo, já não tranquiliza a população (MAI, 1999).

Atendendo ao que é dito pela directiva acima mencionada, defende-se a implementação dum patrulhamento estrategicamente direccionado a certos pontos-chave como: zonas que apresentem elevados índices de criminalidade, de desemprego e de más condições de vida dos seus habitantes ou estes se encontrem em situação de risco ou de marginalidade social. Outro dos pontos-chave fundamentais é a actuação ao nível de problemas, como a toxicodependência, os crimes ou incivildades, e também a preocupação que se tem que ter com os grupos de risco, como os idosos, estudantes ou crianças e com todos os factores que gerem na população receios ou sentimentos de insegurança (MAI, 1999).

Desta forma, o patrulhamento apeado é uma aposta certa do “policiamento de proximidade”, já que, através deste, os patrulheiros conseguem identificar as causas dos problemas da população, com vista a suprimi-los. Pretende-se também que, através deste patrulhamento, se promovam ligações com associações ou membros da comunidade local, com o objectivo de estabelecer e aumentar uma ligação de colaboração e confiança mútuos, salientando-se, assim, o principal objectivo deste tipo de patrulhamento, que é aumentar a abundância de informação entre a comunidade e as Forças de Segurança, facilitando assim as acções de prevenção futuras (MAI, 1999).

2.3.1.3.2 Visibilidade social

A visibilidade social é uma das técnicas de proximidade que permite dar a conhecer à população as atribuições e respectivas funções das Forças de Segurança. No entanto, é importante desenvolver acções que fortaleçam a ligação às populações e promovam junto destas uma imagem positiva das Forças de Segurança. Assim, as acções de visibilidade social podem assumir várias formas tendo em conta o padrão de cada comunidade, como sejam: o envio ou distribuição de panfletos de esclarecimentos legislativos ou informações relacionadas com segurança, a participação em eventos, conferências ou palestras relacionadas com a segurança, bem como reuniões com grupos de risco. As visitas às Unidades e a participação em acções de formação relacionadas com segurança, contribuem igualmente para intensificar a relação de confiança com a população, resultando, para a GNR, a oportunidade de contribuir para o debate sobre o planeamento urbanístico, iluminação pública, actividades de lazer social, entre outras áreas, de forma a oferecer às comunidades as melhores condições de segurança e qualidade de vida (MAI, 1999).

2.3.1.3.3 Intervenção legal como factor de prevenção

As Forças de Segurança apresentam um carácter coercivo, principalmente em situações que sejam marcadas pela negativa. Se estas Forças de Segurança se mostrarem eficazes no que toca à descoberta e detenção dos infractores, estes últimos já terão algumas dúvidas no que respeita a nova tentativa de incivilidade ou crime (MAI, 1999).

Por outro lado, se os problemas acontecessem e não fosse responsabilizado ninguém, não existiria qualquer factor que inibisse a actuação dos criminosos. Este tipo de actuação requer das Forças de Segurança uma atitude positiva, que permita a construção de parâmetros de civildade em cada cidadão com quem intervêm, que apele ao seu bom senso e civismo e que, em última análise, faça com que este reconheça e valorize a importância do respeito pelas regras sociais na vida em comunidade (MAI, 1999).

Para tal, o polícia necessita de prestar ao cidadão um conjunto de medidas complementares, como o aconselhamento, a dissuasão, o acompanhamento e a protecção, com o objectivo de lhe oferecer serviços policiais básicos de qualidade. Este tipo de medidas mostra-se importante, actuando como uma primeira intervenção das Forças de Segurança com vista a alertar as pessoas para todos os cuidados a ter aquando, ou depois de ocorrer qualquer incivilidade ou crime. Não obstante a que os polícias, por vezes, tenham acções mais coercivas, sendo estas uma forma de prevenção que contribui para a diminuição de crimes e, conseqüentemente, para o aumento da segurança e da paz social (MAI, 1999).

2.4 AS PARCERIAS

No que diz respeito à origem das parcerias, podemos referir que a necessidade de constituir parcerias assenta em algumas ideias basilares. Uma delas é o facto das Forças de Segurança não conseguirem regular todas as situações por si só, necessitando assim de apelar à intervenção de terceiros na resolução de problemas de determinada comunidade. A ideia seguinte remete para o facto de que a segurança e a qualidade de vida da população não fazem parte, apenas, das competências das Forças de Segurança, ou seja, a comunidade tem também essa responsabilidade, dado que é parte interessada e é a ela que se destina a prevenção. A génese das parcerias surge, também, de uma visão clínica dos problemas, devendo estes ser estudados e conhecidos a nível global para, posteriormente, poderem ser dimensionados e criadas estratégias para implementar a nível local contando, para tal, com todos aqueles que se mostrem úteis neste processo (MAI, 2000).

Como foi dito, é necessário que a resolução de situações ou problemas se faça através de diagnósticos e estratégias de intervenção. No entanto como refere Oliveira (2006), as Forças de Segurança não dispõem de todos os recursos requeridos para esse fim, tornando-se importante que se faça o uso dos conhecimentos de outro tipo de instituições ou organizações, nomeadamente, grupos de cidadãos e grupos comunitários, e também das competências de especialistas que poderão contribuir de uma forma activa neste processo de resolução de problemas. É através desta necessidade de obter conhecimentos de outros actores que se criaram os programas de prevenção, alguns estabelecidos na base de protocolos¹⁵ e outros através de processos normativos¹⁶, que apelam à intervenção dos vários parceiros de forma a contribuírem para a resolução dos problemas do quotidiano da comunidade.

Assim, as parcerias podem ser constituídas por grupos institucionais ou informais, apresentando, como principal objectivo, a resolução dos problemas que, estando relacionados com crimes e insegurança, necessitem do contributo dos vários parceiros, tanto do sector público como do privado, no que diz respeito à análise, às avaliações e às respostas que se têm que dar (Oliveira, 2006).

Os parceiros das Forças de Segurança, segundo Oliveira (2006), podem ser públicos ou privados, permanentes ou de ocasião, e podem estar ligados às mais diversas áreas como: a educação, a segurança, a cultura, entre outras. O que se espera destes parceiros consiste no seu contributo para a resolução de problemas, que poderão ser originários de criminalidade e violência como: o absentismo escolar, o alcoolismo e os cuidados e concepções do espaço público (Oliveira, 2006).

¹⁵ O programa “Escola Segura”, que surge através de um protocolo estabelecido entre o Ministério da Administração Interna e o Ministério da Educação.

¹⁶ O programa “INOVAR”, que foi implementado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 6/99, de 8 de Fevereiro.

No entanto, este contributo pode revelar algumas dificuldades de relacionamento a nível operacional, dado que seria difícil apurar, após uma operação, a quem pertence a responsabilidade. Por esta razão, a acção das parcerias deve ficar limitada à fase de planeamento e de comunicação de problemas (Oliveira, 2006).

Outro aspecto importante no estabelecimento de parcerias, segundo Oliveira (2006), diz respeito à questão da responsabilidade abordada anteriormente. Isto, porque se torna difícil apurar a responsabilidade de uma organização quando o resultado surgiu de uma determinada política e da sua implementação. No entanto, para se chegar a uma conclusão acerca das questões de responsabilidade, segundo Oliveira (2006, p.89), surgiu a “...necessidade de juntar as estruturas de segurança local, às estruturas democráticas locais, no sentido de adquirirem legitimidade política “.

Desta forma, trabalhar em parceria, vai potenciar a troca de informações e, acima de tudo, uma relação de confiança entre a GNR, as instituições civis e a comunidade, o que vai melhorar as estratégias que se definem, bem como a actuação nas diversas situações (MAI, 2000).

Esta relação entre as Forças de Segurança e a comunidade ou organizações, quer públicas quer privadas, tem, como um dos dois principais objectivos, actuar no sentido de reduzir todas as situações originárias de crimes e incivildades através da vigilância. Um segundo objectivo é o aumento da coesão social, procurando uma maior confiança e relacionamento entre as Forças de Segurança e a comunidade (Oliveira, 2006).

Estas parcerias, como refere Oliveira (2006), parecem dar bons resultados em locais onde o sentimento de insegurança é maior, o que se verifica em áreas degradadas ou de grande diversidade étnica. Oliveira refere também que, em comunidades estáveis onde os níveis de criminalidade são reduzidos, este tipo de esquemas são de difícil implementação, dado que, na comunidade, não existe qualquer receio face ao crime.

Apesar de tudo, este tipo de esquemas necessita que as Forças de Segurança acompanhem permanentemente as acções desenvolvidas, bem como as estratégias de prevenção que fazem com que ambos mantenham a relação e a troca de informações e, desta forma, estejam sempre em permanente contacto com a realidade da comunidade (Oliveira, 2006).

Para finalizar, convém salientar alguns princípios básicos pelos quais as parcerias se regem, e que são:

A visão partilhada da realidade, por ser propiciadora da intervenção de várias instituições na resolução de problemas, torna-se mais eficaz e mais produtiva do que se for apenas uma a tentar fazer tudo sozinha (MAI, 2000).

Conjugação de esforços, que visa o empenho conjunto de meios e energia, como forma de evitar gastos desnecessários (MAI, 2000).

Rentabilização de recursos, quer humanos, quer de material, quer financeiros, com o objectivo de diminuir o empenhamento ou encargo dos recursos que a comunidade tem (MAI, 2000).

A **equidade dos parceiros** e a **comunicação horizontal**, que se mostra como um dos princípios primordiais das parcerias, pelo facto de haver uma relação entre as Forças de Segurança e as várias instituições sem haver qualquer tipo de distinção hierárquica, onde a comunicação se faz directamente evitando, desta forma, a fuga de informação (MAI, 2000).

2.5 PROGRAMAS ESPECIAIS

Os programas especiais de segurança tiveram a sua génese durante o mandato do XIII Governo Constitucional¹⁷, sendo integrados, mais tarde, no Programa Integrado de Policiamento de Proximidade¹⁸ (Oliveira, 2006).

A sua implementação foi direccionada, essencialmente, para problemas e públicos específicos que, pela sua vulnerabilidade, merecem a atenção das Forças de Segurança. Desta forma, pode referir-se, de uma forma sintética, que o programa “Escola Segura” se dirige à comunidade escolar, com especial atenção às crianças; que o “Apoio 65 – Idosos em Segurança” está direccionado para a comunidade mais idosa e desprotegida que, pela sua idade, tem uma elevada carência de informação e de apoio; que o “Comércio Seguro” está voltado para os comerciantes e que o programa “INOVAR” é conduzido para as vítimas de crimes (Oliveira, 2006).

Assim, podemos referir que estes programas devem ser dirigidos a problemas específicos e exclusivos que se encontram em cada localidade, através, por exemplo, de equipas com formação específica e voltadas somente para esta área, para, através do planeamento de estratégias, se conseguir fazer frente aos problemas que emergem neste tipo de comunidade (MAI, 1999).

Apesar de a GNR ter várias parcerias com as restantes Forças de Segurança ao nível de programas como, o “Abastecimento Seguro”, o programa “Farmácia Segura”, “Táxi Seguro”, “Igreja Segura”, “Transporte Seguro de Tabaco”, “SOS Azulejo” e, actualmente com maior incidência, o programa “Verão Seguro” e “Floresta Segura”, serão abordados neste trabalho apenas os programas referidos no parágrafo anterior, que são aqueles que os meios de

¹⁷ O XIII Governo Constitucional tomou posse a 28 de Outubro de 1995, constituído pelo Partido Socialista; terminou o seu mandato em 25 de Outubro de 1999.

¹⁸ Ver APÊNDICE F

comunicação dão maior relevância, à excepção do programa “INOVAR” que, segundo Oliveira (2006), terminou no ano 2003.

2.5.1 PROGRAMA “ESCOLA SEGURA”

Este programa foi lançado no ano lectivo de 1992 como resposta às necessidades que se faziam sentir pelos alunos, associações de pais, professores e pessoal auxiliar. Sofreu a última das alterações em 2006, pelo Despacho Conjunto Nº 25650/06 de 19 de Dezembro, que veio definir as regras deste programa. Como refere Oliveira (2006), este programa é o mais importante do Ministério da Administração Interna para a área de segurança, sendo direccionado para a população estudantil, e tendo como finalidade a melhoria das suas condições de segurança no interior e nas imediações das escolas, assim como nos trajectos utilizados pelos alunos em direcção às mesmas.

Trata-se de um projecto que, como o seu nome indica é direccionado para a comunidade em idade escolar, principalmente às crianças que, por pertencerem a escalões etários mais vulneráveis, necessitam de uma maior protecção em relação à actividade delituosa e aos aliciamentos que possam surgir para a prática de crimes ou incivildades (Oliveira, 2006).

Desta feita, este programa desenvolve-se através de um aumento da visibilidade das Forças de Segurança nas escolas através de viaturas específicas para o efeito, de forma a se encontrarem mais próximos da comunidade escolar (Damas, 2004).

2.5.2 PROGRAMA “APOIO 65 – IDOSOS EM SEGURANÇA”

O programa “Apoio 65 – Idosos em Segurança” foi implementado, segundo Oliveira (2006), em 1998, como uma forma de fazer frente aos problemas da comunidade mais idosa que, pela sua vulnerabilidade, necessidade de informação e apoio, poderia ter um maior sentimento de insegurança.

Assim, este programa tem como principal objectivo garantir que as pessoas idosas se sintam em segurança e tranquilidade, através da divulgação de conselhos de segurança, bem como da instalação de telefones em residências de idosos que, desta forma, poderão contactar ou estar contactáveis, conseguindo as Forças de Segurança, por esta via, prevenir situações de risco e promover o conhecimento do seu trabalho junto desta população (Oliveira, 2006).

2.5.3 PROGRAMA “COMÉRCIO SEGURO”

O programa “Comércio Seguro” tem como principal objectivo criar uma segurança mais estreita aos comerciantes. Para isso, torna-se relevante que as Forças de Segurança da área celebrem um protocolo com os membros representativos de comerciantes, de forma a ser disponibilizado um circuito de comunicações e troca de informações entre ambos, com vista à protecção deste grupo profissional (Oliveira, 2006).

2.6 SÍNTESE

Verificamos neste capítulo que, em Portugal, se fala muito em dois tipos de policiamentos. São eles o “Policiamento de Proximidade” e o “Policiamento Comunitário”. Embora sejam aparentemente semelhantes, na sua relação com a comunidade, apresentam algumas diferenças. Neste TIA apenas se irá abordar o “policiamento de proximidade”, como um policiamento feito junto das comunidades, auscultando os seus problemas no sentido de lhes dar a solução ou de os encaminhar, se necessário, para as entidades competentes a fim de serem resolvidos e, assim, conseguir combater o sentimento de insegurança vivido pela comunidade.

Para efectuar um policiamento eficaz, existem algumas técnicas como: a vigilância, a informação, a visibilidade e presença policial e a intervenção legal como factor de prevenção. Estas técnicas têm como principal objectivo efectuar as acções de prevenção necessárias para que a comunidade sinta confiança na actuação das Forças de Segurança. Ao nível do “policiamento de proximidade” existe uma actuação mais individualizada para um público que, pela sua vulnerabilidade, merece atenção especial das Forças de Segurança, criando-se, por esta razão, parcerias com organizações ou instituições, de forma a serem constituídos programas com o fim de prestar a devida protecção e informação a este público mais carenciado, como é o caso dos idosos, as crianças e os comerciantes.

PARTE II – TRABALHO DE CAMPO

CAPÍTULO 3

METODOLOGIA

3.1 INTRODUÇÃO

O objectivo desta parte prática é relacionar os conceitos teóricos, desenvolvidos na parte teórica, com os resultados obtidos no trabalho de campo de forma a encontrar respostas que validem ou neguem as hipóteses elaboradas no início do trabalho.

Neste sentido, apresenta-se neste capítulo a metodologia utilizada no trabalho de campo, bem como os métodos e técnicas que contribuíram para a obtenção de informação.

3.2 METODOLOGIA

Neste TIA, foi utilizado o método da observação indirecta, ou seja, por inquéritos. Ao contrário da observação directa, este método permite abordar mais opiniões e experiências dos indivíduos seleccionados, de forma a obter a informação desejada.

Neste capítulo, irão ser aprofundadas as hipóteses de partida que, neste trabalho, se tratam, segundo Deshadies (1992), de hipóteses dedutivas, dado que resultam de uma teoria capaz de estabelecer previsões. Estas hipóteses que devem ser sempre formuladas antes do início da pesquisa, têm como objectivo conseguir toda a informação essencial para responder à pergunta principal deste trabalho, que é se o “policiamento de proximidade” utilizado diariamente pela GNR, por intermédio do patrulheiro, é eficaz na diminuição do sentimento de insegurança da comunidade.

Para obtenção desta resposta, o trabalho foi baseado, também, em pesquisa bibliográfica e em duas entrevistas exploratórias feitas aos comandantes do Comando Territorial e Destacamento Territorial de Bragança.

Estas entrevistas, de acordo com Quivy e Campenhoudt (2008) constituem uma ajuda importante na construção da problemática de investigação, ao mesmo tempo que visam economizar perdas inúteis de energia e de tempo na leitura, na construção de hipóteses e

na observação. Revelaram-se, igualmente, um método essencial no encaminhamento das leituras feitas para a elaboração deste TIA.

Nos capítulos seguintes, irão ser observadas e descritas outras técnicas de recolha de dados e informação utilizadas neste trabalho.

3.3 DELIMITAÇÃO DO ESTUDO

Um dos grandes constrangimentos deste trabalho prendeu-se, precisamente, com este aspecto, pelo facto de não ser possível estudar a problemática identificada, ao nível de todo o Território Nacional.

Desta forma, surgiu a necessidade de se restringir a área onde se iriam aplicar os inquéritos, ao universo a estudar. Para isso, utilizou-se o **Critério por Conveniência**, que se refere à selecção dos casos que são de mais fácil acesso, devido, muitas vezes, ao limite de tempo, recursos ou pessoas (Flick, 2005).

Assim, escolheu-se a ZA do DTer do Montijo e seus PTer, pelas razões descritas no capítulo 1, e, onde, segundo o Anuário Estatístico da Região de Lisboa, os concelhos abrangidos por esta ZA, que são Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo, apresentam uma elevada¹⁹ percentagem ao nível da criminalidade, tornando, desta maneira, os resultados do TIA mais fidedignos, mais relevantes e mais interessantes.

Outra razão pela escolha deste DTer, surgiu pelo facto de este ser próximo de Lisboa e do local indicado para a elaboração do TIA, o que facilitou a recolha de informação e material, bem como uma aplicação dos métodos de pesquisa mais atenta e rigorosa.

3.4 MÉTODOS E TÉCNICAS

3.4.1 LOCAL

O TIA teve a duração de sensivelmente 10 semanas e decorreu na Escola da Guarda em Queluz, entre 24 de Maio e 5 de Agosto de 2010.

¹⁹ Ver ANEXO N

3.4.2 INQUÉRITO POR ENTREVISTA

A entrevista realizada neste trabalho teve como objectivo, como referem Quivy e Campenhoudt (2008), obter informações, interpretações e opiniões em relação a um tema. Estes autores mencionam também que, neste tipo de inquérito, o entrevistado pode exprimir todas as suas percepções sobre acontecimentos e experiências, para que a obtenção da informação, para posterior análise dos resultados, seja feita de acordo com vivências e situações que acontecem na realidade.

Assim, este inquérito foi aplicado por **entrevista semi-directiva**²⁰, que segundo Ghiglione e Matalon (2001), pode também ser designada de clínica ou estruturada, o que permitiu, através de **observação indirecta**²¹, obter informações sobre a utilização e o impacto que o “policiamento de proximidade” tem na comunidade da ZA do DTer do Montijo e seus PTER.

Esta entrevista tem por base um guião²², onde se encontram as várias questões a fazer e os objectivos que se pretendem alcançar com cada uma.

Desta forma, a informação que se pretende adquirir é conseguida, e a **análise de conteúdo**²³ poderá ser feita de uma forma segura e fiável.

O inquérito por entrevista realizou-se dia 2 de Julho de 2010, tendo o critério de escolha do inquirido recaído sobre o responsável pelos “Programas Especiais” da Divisão de Emprego Operacional, da Direcção de Operações do Comando Geral, o Capitão Rogério Copeto.

3.4.3 INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Neste TIA foi utilizado o inquérito por questionário, que consiste em colocar uma série de perguntas a um conjunto de inquiridos, geralmente representativos de uma população, relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, à sua atitude em relação a questões humanas e sociais, às expectativas ou qualquer outro ponto que interesse a esta investigação (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Assim, pode-se dizer que se recorre ao inquérito por questionário quando não é possível fazer observação directa²⁴ de certos aspectos que são necessários para a investigação,

²⁰ As entrevistas semi-directivas assentam numa série de perguntas - guia abertas e centradas em torno do trabalho, sendo colocadas pela ordem que a conversa, entre ambos, encaminhar (Quivy & Campenhoudt, 2008).

²¹ “Na observação Indirecta, o investigador dirige-se ao sujeito para obter a informação procurada.” (Quivy & Campenhoudt, 2008, p. 164).

²² Ver APÉNDICE A

²³ A análise de conteúdo é uma técnica de investigação que, segundo Bardin (1994), tem por finalidade a descrição objectiva, sistemática e quantitativa do material recolhido.

devido ao demasiado tempo que se tinha que despende e os elevados custos que este tipo de observação acarreta (Quivy & Campenhoudt, 2008).

Com os inquéritos por questionário, procurou-se, neste trabalho, saber a opinião da comunidade em relação ao “policiamento de proximidade”, à sua utilização e à relação que tem com os patrulheiros, bem como conhecer o sentimento de insegurança que a comunidade apresenta.

Tendo em consideração que, ao se inquirirem cidadãos, estes poderão recusar, por qualquer motivo, responder ao inquérito, (apoiando-nos num estudo do Instituto Nacional de Estatísticas (INE) sobre as “sondagens e a população – o que fazer para a reconciliação”²⁵) houve a preocupação de elaborar e aplicar um inquérito apelativo, curto, anónimo, confidencial e de resposta rápida, estando o autor sempre presente no local, explicando cada dúvida que surgia e motivando o inquirido a responder.

Os inquéritos foram aplicados por **administração directa** que, segundo Quivy e Campenhoudt (2008), é quando se subentende um preenchimento do próprio inquirido.

Relativamente à sua **estrutura**, o inquérito é constituído por **6 afirmações, 3 questões fechadas e 1 questão aberta**, onde o inquirido terá toda a liberdade para manifestar a sua opinião. No que diz respeito ao **conteúdo**, estas afirmações e questões estão estruturadas em quatro blocos: o **1º bloco** corresponde a afirmações relacionadas com a actuação dos patrulheiros para com a comunidade; o **2º bloco**, com questões sobre o modelo de “policiamento de proximidade”; o **3º bloco**, com questões relacionadas com o sentimento de insegurança da comunidade; o **4º bloco**, com uma questão aberta sobre mudanças ou implementações para melhorar o modelo de “policiamento de proximidade” que a GNR executa, para fazer frente ao sentimento de insegurança vivido pela comunidade.

Nos inquéritos por questionário, utilizou-se um número ímpar de respostas possíveis em seis afirmações, utilizando-se um método da **escala de atitudes**, medindo-se as opiniões por intermédio do grau de desacordo ou acordo com a afirmação feita. Esta escala de atitudes está conjugada com a **escala de Likert** que, segundo Carmo e Ferreira (1998), apresenta cinco proposições, das quais apenas uma pode ser seleccionada, sendo elas: Discordo Totalmente; Discordo; Não Tenho Opinião; Concordo; Concordo Totalmente.

²⁴ O método da observação directa capta os comportamentos no momento em que eles se produzem, sem haver mediação de um testemunho ou documento (Quivy & Campenhoudt, 2008).

²⁵ Ver ANEXO O

Foi escolhida esta escala porque, segundo Hill e Hill (2009), se o questionário for anónimo e se este não abranger afirmações e perguntas sensíveis²⁶, revela-se mais eficaz utilizar um número ímpar de respostas alternativas.

A inclusão nas respostas possíveis, da alternativa “Não Tenho Opinião”, que como referem Silva e Pinto (1999), teve o objectivo de fornecer, como filtro, uma resposta intermédia de forma a conseguir obter-se, dos inquiridos, opiniões fundamentadas.

Nas restantes três questões do inquérito por questionário foi utilizada a **escala de Likert desequilibrada**, onde são apresentadas quatro propostas de resposta, e apenas uma pode ser seleccionada.

Antes de este inquérito ser aplicado à amostra, foi primeiramente apresentado a cidadãos fora desta que, mediante as suas opiniões, contribuíram para que a estrutura ou forma das afirmações e questões fosse modificada ou melhorada em relação às que tinham sido inicialmente propostas.

3.4.3.1 Universo e Amostra

Para aplicar o inquérito, é necessário definir primeiro o universo ou a população a estudar e escolher a amostra representativa deste universo, ou seja, a população que irá ser alvo do inquérito (Ghiglione & Matalon, 2001).

Como refere Hill e Hill (2009, p. 42), “é o objectivo da investigação que define a natureza e a dimensão do universo” e, no caso deste trabalho, o universo a ser estudado é composto pela comunidade residente na ZA do DTer do Montijo e seus PTER, composta pelas freguesias de Alcochete, Samouco, São Francisco, Coina, Palhais, Santo António da Charneca, Alhos Vedros, Gaio/Rosário, Moita, Sarilhos Pequenos, Afonsoeiro, Alto Estanqueiro/Jardia, Atalaia, Sarilhos Grandes, Canha, Pegões e Santo Isidro de Pegões, que perfazem um universo a estudar de 74 423²⁷ pessoas.

Devido ao tamanho deste universo, e dado que seria impossível estudá-lo na sua totalidade, devido ao tempo concedido para a elaboração do TIA, utilizou-se o método de amostragem não-casual, optando-se pela **amostragem por conveniência** que, como refere Hill e Hill (2009), é um método que tem a vantagem de ser rápido, conseguindo-se assim colmatar o pouco tempo concedido para a elaboração do trabalho. Foram inquiridas 170 pessoas, que constituem a amostra que representa o universo da comunidade residente na ZA do DTer do

²⁶ Perguntas sensíveis são “...perguntas que tratam de assuntos íntimos e potencialmente embaraçosos, ou perguntas em que o respondente pensa que pode estar a correr um risco se der uma resposta positiva (ou negativa) ...” (Hill & Hill, 2009, p. 126).

²⁷ Ver APÊNDICE G

Montijo e seus PTer. Foram inquiridas 10 pessoas em cada uma das 17 freguesias, visando-se preferencialmente os transeuntes, uma vez que são estes os que mais beneficiam com o “policiamento de proximidade”. As pessoas escolhidas para responderem aos inquéritos, foram aquelas que se mostraram imediatamente disponíveis ou os que se deram como voluntários nos dias em que se procedeu à implementação dos inquéritos (Carmo & Ferreira, 1998).

Segundo Hill e Hill (2009, p. 42), “...o que o investigador pretende ou pode fazer, na maioria das situações, é analisar os dados da amostra, tirar conclusões, e extrapolar as conclusões para o universo.” No entanto, pelo facto desta amostra não ser representativa, devido às limitações temporais e financeiras, não se poderá extrapolar as conclusões para o universo, com confiança. Todavia, poderão obter-se resultados relevantes que servirão para auxiliar futuros estudos e até a própria instituição.

A versão final dos questionários foi aplicada entre os dias 17 de Junho e 5 de Julho de 2010, sendo preenchidos e devolvidos pessoalmente pelos inquiridos, o que contribuiu para que se conseguisse, de uma forma mais facilitada, explicar as instruções de preenchimento, conseguindo-se que todos os inquéritos fossem preenchidos e entregues, resultando numa taxa de retorno de 100%.

Este estudo teve como objectivo o levantamento das respostas da amostra escolhida e a consequente validação das hipóteses levantadas, tendo sido aplicado um conjunto de análises estatísticas para testar as mesmas. Com o programa SPSS® versão 17 para Windows, foi feita a análise de dados do tipo quantitativo e, auxiliado pelo Programa Microsoft Excel®, foi feita a elaboração e execução de gráficos.

3.5 CONCLUSÃO

Para a realização da investigação utilizou-se o inquérito por entrevista e inquéritos por questionário com objectivo de obter respostas às questões de investigação elaboradas no início do trabalho. O inquérito por entrevista pretendeu obter informações acerca do “policiamento de proximidade” e dos “programas especiais” existentes na GNR. Quanto aos inquéritos por questionário, estes, visaram saber a opinião da comunidade residente na ZA do DTer do Montijo e seus PTer em relação ao “policiamento de proximidade” empregue pela GNR.

CAPÍTULO 4

APRESENTAÇÃO, ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

4.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, irão ser apresentados e analisados os resultados que tenham interesse directo para responder às hipóteses definidas no início do trabalho. Ir-se-á também comparar os resultados entre eles e com o que está descrito na revisão da literatura.

4.2 ANÁLISE DOS INQUÉRITOS

4.2.1 ANÁLISE QUALITATIVA DESCRITIVA DOS DADOS DO INQUÉRITO POR ENTREVISTA

Quadro 1: Análise qualitativa descritiva dos dados do inquérito por entrevista.

Questões	Entrevistado: Capitão Rogério Copeto
1. Emprego do Policiamento de Proximidade no terreno.	<ul style="list-style-type: none">- O “policiamento de proximidade” é empregue pelas patrulhas do PTER, pelo facto de não haver patrulhas específicas a efectuarem somente este policiamento.- E existe uma secção de programas especiais que, consoante as necessidades, por vezes são escalados para este tipo de policiamento.

<p>2. Zonas para onde é direccionado o Policiamento de Proximidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Zonas mais recônditas, zonas com maus acessos, ou seja, todas aquelas zonas em que as pessoas têm menos possibilidade de contactar com a GNR. - Locais onde se verifique um maior índice de crimes. - Mas através dos programas da GNR ao nível do “policiamento de proximidade”, é dirigido também aos comerciantes, que são alvos de muitos crimes, dirigido a zonas escolares e outros locais que façam parte desses programas.
<p>3. O patrulhamento que se mostra mais eficaz no Policiamento de Proximidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - O patrulhamento mais adequado neste tipo de policiamento é o apeado. - Com este patrulhamento, existe um maior contacto do patrulheiro com a população, conseguindo reunir informações ou qualquer problema que atormente esta última. - Permite contactar com as entidades mais representativas das localidades de forma a ser criada alguma empatia e confiança, e dessa forma conseguirem chegar ao verdadeiro problema das pessoas.
<p>4. Formação específica direccionada exclusivamente para o Policiamento de Proximidade.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Não existe formação específica neste âmbito. - Existem apenas instruções periódicas nos DTer, mas abordam temas variados relativos ao serviço geral dos militares, e não o que se pretende ao nível do “policiamento de proximidade”, que é formação específica de militares neste policiamento. - Poderia haver formação específica dos militares das secções de programas especiais (SPE), que assim poderiam executar apenas “policiamento de proximidade”.
<p>5. Programas da GNR ao nível do Policiamento de Proximidade com mais resultados e mais limitações.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Com mais resultados é o programa “Escola Segura”, beneficiando a curto e longo prazo as crianças, pelo que a sensibilização deste programa faz com que se cuidem agora, enquanto são jovens, mas também mais tarde. - Com mais limitações são os “Idosos em Segurança” e “Comércio Seguro”, dado que o seu bom emprego varia de localidade para localidade, pelas diferenças que existe tanto ao nível do comércio como ao nível de população idosa.

<p>6. Eficácia do Policiamento de Proximidade na diminuição do Sentimento de Insegurança vivido pela população da ZA do DTer do Montijo e seus PTER.</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Nas regiões pequenas este policiamento consegue fazer frente ao sentimento de insegurança. - Nos locais onde se verifica grande índice de criminalidade, o “policiamento de proximidade”, empregue pela GNR, não consegue fazer frente ao sentimento de insegurança da população. - Esta limitação poderia ser colmatada com o aumento de efectivo, aumentando a visibilidade, e uma maior interacção dos militares com a população.
<p>7. Medidas futuras para o Policiamento de Proximidade?</p>	<ul style="list-style-type: none"> - Para ser executado um bom “policiamento de proximidade” é necessário um aumento de efectivo e uma formação adequada dos militares que executam este policiamento. - Deveria ser também adoptada a medida de regulação das SPE, por uma Norma de Execução Permanente (NEP). - Existência de formação direccionada para este policiamento dos militares da SPE, de forma a estes estarem perfeitamente aptos a executar diariamente um verdadeiro “policiamento de proximidade”.

4.2.2 ANÁLISE QUANTITATIVA DOS DADOS DOS INQUÉRITOS POR QUESTIONÁRIO

Gráfico 1 – Afirmação nº 1: Os militares da GNR patrulham as ruas habitualmente.

Nesta afirmação, 64,12% dos inquiridos concorda que os militares da GNR patrulham as ruas habitualmente e 4,12% concorda totalmente. Discorda 31,18% dos inquiridos e apenas 0,59% afirma não ter opinião.

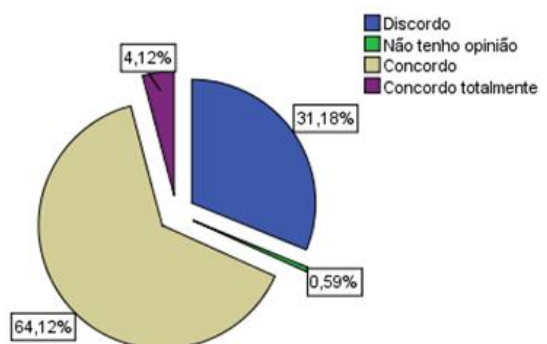


Gráfico 2 – Afirmação nº 2: Os militares da GNR preocupam-se em aborda-lo para se inteirarem do que acontece no local.

A maioria, 65,88%, discorda com a preocupação dos militares da GNR em abordar as pessoas para perceber o que se passa no local, apesar de 25,29% concordar e 2,94% concordar totalmente. Apenas 4,12% afirma não ter opinião e 1,77% discorda totalmente.

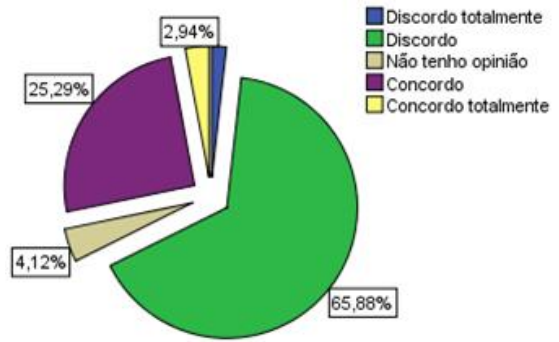


Gráfico 3 – Afirmação nº 3: Os militares da GNR têm uma postura e comportamentos correctos no seu atendimento ao público.

Nesta afirmação, 71,76% dos inquiridos concorda que os militares da GNR têm uma postura e comportamentos correctos no seu atendimento ao público, e 3,53% concorda totalmente. Contudo, 18,24% dos inquiridos discorda e 6,47% não têm opinião.

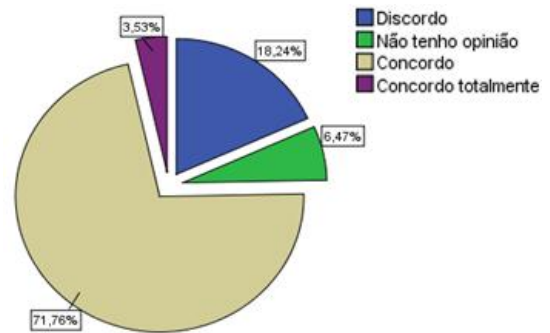


Gráfico 4 – Afirmação nº 4: O militar da GNR é educado e faz-se entender com clareza.

A maioria dos inquiridos, 83,53%, nesta afirmação concorda que o militar da GNR é educado e se faz entender com clareza, havendo 3,53% dos inquiridos que concorda totalmente. Apenas 7,06% discorda e 5,88% não têm opinião.

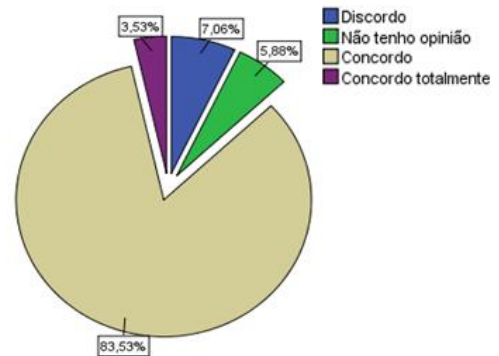
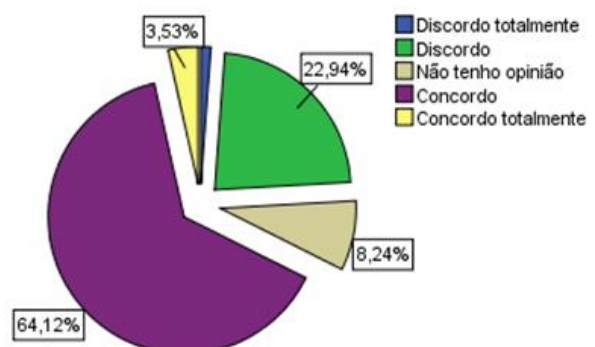


Gráfico 5 – Afirmação nº 5: O militar da GNR revela interesse quando lhe apresenta um problema, preocupando-se com ele.

A maioria dos inquiridos, 64,12%, concorda que o militar da GNR revela interesse quando lhe é apresentado um problema, preocupando-se com ele, e 3,53% afirma concordar totalmente. No entanto, existe



uma alta percentagem de 22,94% que discorda e 1,17% que discorda totalmente. Apenas 8,24% dos inquiridos respondeu não ter opinião.

Gráfico 6 – Afirmação nº 6: Sente que a GNR local está próxima da população.

Neste gráfico, verificou-se que 64,12% dos inquiridos concorda que a GNR local está próxima da população, e 8,24% concorda totalmente. Contudo, 21,76% dos inquiridos afirma discordar e 1,18% discordar totalmente. Sobre este assunto, 4,71% afirma não ter opinião.

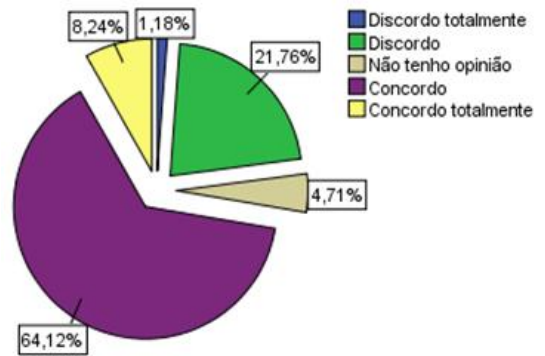


Gráfico 7 – Questão nº 7: Quando vê uma patrulha da GNR, os militares costumam estar:

A maioria, 86,47%, afirma ver os militares da GNR a patrulhar em viatura, e apenas 13,53% dos inquiridos, como demonstra o gráfico, responde ver a patrulha da GNR a pé.

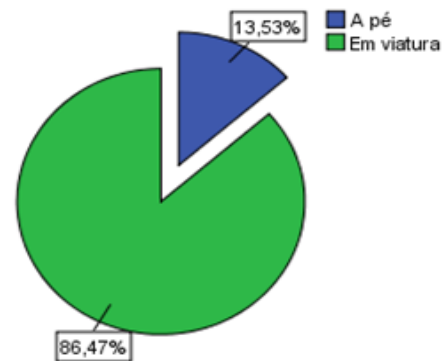


Gráfico 8 – Questão nº 8: Com que patrulhamento se sente mais seguro(a)?

Nesta questão, a maioria, 77,65%, sente-se mais seguro com o patrulhamento apeado, enquanto que 15,29% afirma sentir mais segurança com o patrulhamento em viatura. Apenas 7,06% dos inquiridos se sente seguro com o patrulhamento a cavalo.

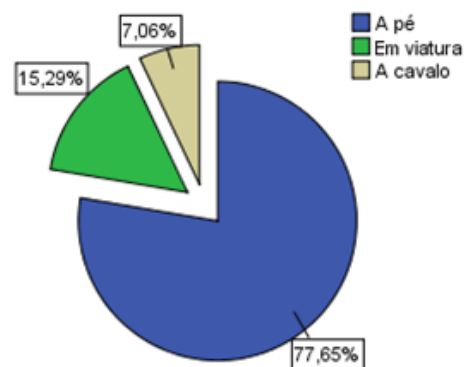


Gráfico 9 – Questão nº 9: Quando a GNR se encontra próxima de si, como classifica o sentimento de segurança que tem?

Dos inquiridos, 76,47% afirma sentir segurança quando a GNR está próxima, e 14,71% sente muita segurança. Neste contexto, apenas 8,82% dos inquiridos sente insegurança quando a GNR está próxima.

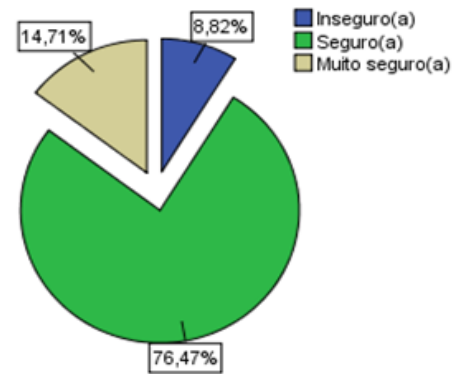
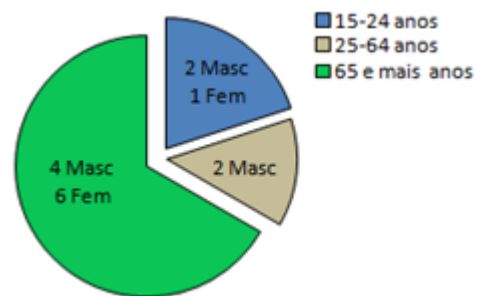


Gráfico 10 – Correlação entre o sexo, idade e a insegurança sentida pelos inquiridos na questão 9.

Neste gráfico, das 15 pessoas que responderam sentir insegurança na questão 9, os inquiridos que sentem mais insegurança são os idosos, com 10 pessoas, sendo 6 femininos e 4 masculinos. Os inquiridos na idade entre os 15 e 24 anos, são os que seguidamente se sentem mais inseguros, com 3 pessoas. Com apenas 2 pessoas, entre os 25 e 64 anos, estes são os que menos sentem a insegurança.



4.2.2.1 Análise da Questão Nº10

Na questão nº 10, a comunidade residente na ZA do DTer do Montijo e seus PTer teve a oportunidade de referir três aspectos que, na sua opinião, a GNR deveria mudar ou implementar para diminuir o sentimento de insegurança da população. Nesta questão, todos os inquiridos responderam, contribuindo com alguns factores que podem ser fundamentais para a melhoria do serviço prestado ao cidadão. No quadro seguinte, são apresentadas todas as respostas que surgiram com mais frequência.

Quadro 2: Opinião da comunidade residente na ZA do DTer do Montijo e seus PTer sobre os aspectos que a GNR deveria mudar ou implementar para diminuir o sentimento de insegurança da população.

Aspectos que a GNR deveria mudar ou implementar	Nº de pessoas
Mais militares a patrulhar as ruas	147
Mais meios a patrulhar as ruas (Carros, cavalos e motas)	112
Mais interacção com os cidadãos	56
Patrulhar zonas mais problemáticas	54
Mais formação dos militares que efectuam o policiamento	38
Melhorar apresentação e linguagem, e mais simpatia dos militares	34
Actos mais repressivos	4
Melhorar leis	2

4.3 DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Este subcapítulo tem como objectivo efectuar a discussão dos resultados obtidos no Inquérito por Entrevista e nos Inquéritos por Questionário efectuados no âmbito deste trabalho.

4.3.1 INQUÉRITO POR ENTREVISTA

Começamos nesta fase, por identificar o entrevistado, que foi o Capitão Rogério Copeto, responsável pelos “Programas Especiais” da Divisão de Emprego Operacional, da Direcção de Operações do Comando Geral, para que, assim, sejam fundamentadas todas as suas respostas.

Através da análise de conteúdo realizada, foi possível constatar que a GNR tem estado a acompanhar a evolução do conceito de “policiamento de proximidade”, pelo facto de existir uma secção responsável pelos programas especiais.

No que diz respeito ao “policiamento de proximidade”, esta entrevista permitiu constatar que este policiamento é empregue maioritariamente pelos PTer, por intermédio dos seus patrulheiros na sua ZA. No entanto, existem ao nível do DTer, elementos pertencentes à SPE que são mobilizadas consoante as necessidades das zonas em que se encontram.

Estas zonas são aquelas onde os cidadãos têm menos possibilidade de contactar com os militares da GNR, por serem escondidas ou por apresentarem maus acessos, dificultando, assim, a interacção das pessoas com as Forças de Segurança. Este policiamento deve ser direccionado, também, conforme foi dito pelo entrevistado, para zonas que apresentem elevados índices de criminalidade, utilizando o patrulhamento apeado que é o mais eficaz no “policiamento de proximidade”. Este patrulhamento, não só faz com que haja uma constante interacção com a população, como também se consiga perceber as suas dificuldades e problemas, com vista a ser criado um clima de segurança e confiança na GNR.

Abordando agora a formação no âmbito deste policiamento, o entrevistado afirma que apenas existem instruções periódicas ao nível do DTer. No entanto, estas mostram-se muito abrangentes por serem direccionadas para as dificuldades sentidas pelos militares no dia-a-dia. Todavia, deveria haver formação específica dos elementos da SPE que, encontrando-se mais vocacionados para esta área, poderiam ser especialistas neste tipo de policiamento.

Em relação aos programas especiais da GNR, foi referido que o que apresenta mais resultados é o programa “Escola Segura”. Oliveira (2006) refere este programa como o mais importante do Ministério da Administração Interna, porque consegue incutir nas crianças uma atitude de segurança a curto e longo prazo, dado que elas não são apenas sensibilizadas enquanto são novas, mas, também, nos vários anos que frequentam a escola. Os programas “Comércio Seguro” e “Idosos em Segurança” são aqueles que mostram mais limitações, como refere o entrevistado, pela razão que o seu bom emprego varia de localidade para localidade e consoante as dificuldades de cada zona. Desta forma, não se consegue saber fidedignamente quais os resultados que estes programas têm, porque poderá haver zonas onde não há necessidade de aplicar, por exemplo, o programa “Comércio Seguro”, porque este não corre riscos, ao contrário das escolas, que estão a formar crianças e que devem manter constantemente as directrizes sociais dos seus alunos.

Em relação à eficácia do “policiamento de proximidade” na diminuição do sentimento de insegurança dos cidadãos residentes na ZA do DTer do Montijo e seus PTer, o entrevistado referiu que, ao contrário do que se verifica nas regiões pequenas, nestas regiões de maiores dimensões o índice de criminalidade tende em ser maior e, aí, este policiamento não consegue fazer frente à insegurança sentida pela população, não só pela falta de efectivo, o que diminui a visibilidade da GNR, mas também pela pouca interacção que os militares têm com a população. Para finalizar, no que diz respeito às medidas futuras a ter em conta neste policiamento, o entrevistado referiu que, para se executar um bom “policiamento de proximidade”, é necessário aumentar o efectivo da GNR, bem como efectuar uma formação específica dos militares, direccionada apenas para este policiamento, onde neste caso, poderiam ser utilizados os militares da SPE que, para além de já terem experiência neste âmbito, poderiam executar, assim, um verdadeiro “policiamento de proximidade”. Refere

também que as SPE deveriam ser reguladas por uma NEP, de forma a estarem legitimadas para o que devem fazer.

4.3.2 INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Em relação ao inquérito por questionário, primeiramente importa referir que este tem uma fiabilidade interna, Alfa de Cronbach²⁸, de 0,711, o que, segundo Hill e Hill (2009), dado que se encontra no intervalo de 0,7 e 0,8, representa o valor de uma medida de fiabilidade razoável.

No que se refere à primeira afirmação do inquérito por questionário, onde se afirma que os militares da GNR patrulham as ruas habitualmente, os inquiridos têm opiniões positivas. No entanto, na questão 10, referem como um dos pontos que a GNR deveria mudar ou implementar, o aumento de militares a patrulhar as ruas. Como se pode verificar, os militares patrulham as ruas habitualmente, no entanto, os inquiridos são da opinião que deveria haver mais elementos da GNR a efectuar esse patrulhamento.

No que concerne à afirmação nº2, em que os militares se preocupam em abordar os inquiridos para se inteirarem do que acontece no local, estes últimos discordam com esta afirmação. Relacionando esta questão com a questão nº10, os próprios inquiridos referem que deveria haver mais interacção dos militares com os cidadãos, podendo-se afirmar, apenas, que os patrulheiros da ZA estudada poucas vezes abordaram os cidadãos inquiridos.

Em relação às afirmações nº 3 e 4, a comunidade inquirida é da opinião que os militares da GNR têm uma postura e comportamentos correctos, e que estes são educados e se fazem entender com clareza. No entanto, um dos aspectos que, para os cidadãos, a GNR deveria mudar ou implementar é melhorar a apresentação e linguagem, bem como a simpatia dos militares, verificando-se assim que, apesar de os patrulheiros possuírem atitudes e posturas correctas no seu atendimento ao público, ainda é necessário, de acordo com os inquiridos, melhorar estes aspectos.

Abordando agora a 5ª afirmação, os inquiridos concordam que os militares da GNR revelam interesse quando lhes apresentam um problema.

Na afirmação seguinte, os inquiridos concordam que a GNR local está próxima da população. No entanto, referem na questão nº10 que deve haver uma maior interacção dos militares da GNR com os cidadãos, podendo concluir-se que a população espera mais dos patrulheiros que executam este policiamento.

²⁸ Ver APÊNDICE D

Quanto à questão nº7, as patrulhas da GNR costumam ser vistas pelos inquiridos em viatura, no entanto, este patrulhamento apenas deveria ser efectuado para dar respostas rápidas a situações de urgente resolução.

Na questão seguinte, os inquiridos afirmam que o patrulhamento com que se sentem mais seguros é o apeado. No entanto, como foi referido pelos inquiridos na questão nº7, estes costumam ver as patrulhas da GNR em viatura. Por esse motivo, referem na questão nº10 que deve haver mais militares a patrulhar as ruas.

No que toca à questão nº9, sobre como classifica, a população, o seu sentimento de segurança quando a GNR se encontra próxima, os inquiridos demonstram opiniões positivas. A população inquirida afirma sentir segurança quando a GNR se encontra próxima dela e, ainda nesta questão, através da correlação feita entre o sexo, idade e a insegurança sentida pelos inquiridos, podemos afirmar que a população de 65 e mais anos é quem mais se sente insegura, maioritariamente o sexo feminino. Resultados estes que estão de acordo com Oliveira (2006), que refere a comunidade mais idosa como aquela que, pela sua idade, apresenta uma maior vulnerabilidade, necessitando de mais informação e apoio, e que, devido a isto, é a que mais sofre com o sentimento de insegurança.

Em relação à pergunta nº10, que versa sobre três aspectos que, para a população, a GNR deveria mudar ou implementar para diminuir os sentimentos de insegurança da mesma, de entre todas as propostas, destacam-se duas que, sem dúvida, foram as que mais vezes os inquiridos escolheram, sendo elas, o aumento de militares e o aumento de meios a patrulhar as ruas. Como um terceiro aspecto que deveria ser mudado ou implementado pela GNR, foi escolhido pelos inquiridos a existência de uma maior interacção dos militares com a população.

Com isto, não queremos dizer que estes três aspectos devem ser os mais importantes, pois são apenas os pontos que os inquiridos neste trabalho acham que a GNR devia mudar ou implementar, não sendo desta forma universal para todos os cidadãos portugueses.

CAPÍTULO 5

CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

5.1 INTRODUÇÃO

Neste capítulo, irá ser verificada a validade das hipóteses, elaboradas no início do trabalho, que dão resposta às questões de investigação. Posteriormente, irão ser apresentadas as reflexões finais sobre o que se concluiu neste trabalho.

Serão referidas, também, as recomendações e as limitações de investigação que se denotaram mais importantes referir neste TIA.

Por fim, referem-se algumas propostas de investigação que, para o autor, se revelam importantes para evolução dos serviços prestados pela GNR à população.

5.2 VERIFICAÇÃO DAS HIPÓTESES

Finalizada a análise e discussão dos dados recolhidos, e com o objectivo de obter a resposta à questão principal, irão ser de seguida confirmadas ou negadas as hipóteses elaboradas no início do trabalho:

1. Hipótese: “O “policiamento de proximidade” é visto como eficaz, por parte da população, na diminuição do sentimento de insegurança.” Através da entrevista realizada, podemos concluir que este policiamento não consegue fazer frente à insegurança sentida pela população desta ZA. No entanto, através dos inquéritos por questionário, a população residente nessa ZA afirma sentir segurança quando a GNR se encontra próxima dela, mais propriamente quando os militares efectuam patrulhamento apeado. Desta forma, utilizando os dados de quem efectivamente recebe o policiamento na ZA estudada, que é a comunidade inquirida, concluímos que esta hipótese é confirmada.

2. Hipótese: “Os militares revelam interesse e preocupação pelos problemas da comunidade.” Através dos inquéritos por questionário, esta hipótese não se verifica, dado que os militares não têm a iniciativa de se dirigir às pessoas o que não vai ao encontro da

Directiva nº31/99 (sobre “POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE”) que refere o quão importante é o cidadão perceber que as polícias se preocupam com tudo aquilo que lhes causa transtorno. Contudo, importa referir que os militares, quando são solicitados pela comunidade, revelam interesse e preocupação pelos problemas desta o que mostra que estes não se alheiam da questão e prestam todo o auxílio que a comunidade necessita.

3. Hipótese: “O “policiamento de proximidade” empregue, segue as directivas propostas pela GNR.” Pela entrevista realizada, onde foi dito que este policiamento devia ser direccionado para zonas que apresentem elevados índices de criminalidade, e que o patrulhamento mais eficaz no “policiamento de proximidade” é o apeado, estão ambas as declarações em perfeita sintonia com a Directiva nº31/99 (sobre “POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE”). No que toca à opinião da comunidade inquirida, esta afirma que os militares da GNR têm uma postura e comportamentos correctos, que são educados e se fazem entender com clareza e que revelam interesse quando lhes é apresentado um problema, estando de acordo com a Directiva nº31/99 (sobre “POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE”). Contudo, existe um aspecto, para os inquiridos, que a GNR não executa, e que não vai ao encontro da directiva acima mencionada, que é o facto das patrulhas da GNR costumarem ser vistas pelos inquiridos em viatura, quando este patrulhamento só deve ser tomado para dar respostas rápidas a situações de urgente resolução. Assim, dado que este último aspecto não é positivo, conclui-se que a 3ª hipótese não se verifica.

4. Hipótese: “Os patrulheiros recebem formação específica e direccionada para o “policiamento de proximidade”.” Através da entrevista realizada, concluímos que esta hipótese não se verifica, uma vez que o entrevistado afirma não existir formação específica no “policiamento de proximidade”.

5.3 REFLEXÕES FINAIS

Este TIA teve por base a pergunta de partida “É o policiamento de proximidade utilizado diariamente pela GNR, por intermédio do patrulheiro, eficaz na diminuição do sentimento de insegurança da comunidade?”.

O “policiamento de proximidade” é visto como eficaz, pela população inquirida, na diminuição do sentimento de insegurança, e o facto dos inquiridos indicarem que deveria haver mais militares a patrulhar as ruas, mostra que este objecto de estudo segue a tendência nacional, através do 4EBADTF&S (2009), em que quase metade dos portugueses que foram inquiridos refere o aumento do número de efectivos das Forças de Segurança como uma forma de obter um clima mais seguro.

A população sente-se mais segura com o patrulhamento apeado, no entanto, o que se pratica é maioritariamente o auto.

Os militares da GNR da ZA do Montijo revelam interesse pelos problemas da comunidade, preocupando-se com eles, mas importa referir que, para os inquiridos, deveria haver mais interacção dos militares com a população, sendo uma das formas que a população tem para expor os seus problemas às Forças de Segurança.

Uma das grandes lacunas verificadas no “policiamento de proximidade” versa sobre a formação dos militares afectos ao patrulhamento, dado que este tipo de policiamento não requer apenas conhecimento e aptidão por parte do militar. É necessário, também, que o militar tenha vocação, competências, e capacidade de aprendizagem para lidar com os diferentes tipos de pessoas com que se depara diariamente, principalmente com os seus problemas e com a forma de reagir aos mesmos.

Desta forma, julgamos estar em condições de responder à pergunta principal deste TIA, “Será o policiamento de proximidade utilizado diariamente pela GNR, por intermédio do patrulheiro, eficaz na diminuição do sentimento de insegurança?”. Das quatro hipóteses colocadas, apenas uma foi confirmada. Através dos dados recolhidos, verificou-se que a maior parte da população inquirida se sente segura com o policiamento prestado pela GNR. Todavia, na opinião da comunidade, existem alguns aspectos que os militares da GNR não executam, como interagir com ela de forma mais intensa para perceber quais os problemas que se fazem sentir, e efectuar um patrulhamento apeado redobrado que, doutrinariamente, e na opinião dos inquiridos, é o mais eficaz. Assim, podemos afirmar que, através destes dados, o “policiamento de proximidade” empregue pela GNR, através do patrulheiro, não é executado rigorosamente da forma que a Directiva nº31/99 (sobre “POLICIAMENTO DE PROXIMIDADE”) define. Apesar disso, os inquiridos sentem-se seguros com o tipo de policiamento que a GNR executa.

5.4 RECOMENDAÇÕES

No que diz respeito às recomendações, para que seja possível ir de encontro às necessidades das pessoas, que são a quem o “policiamento de proximidade” se destina, recomenda-se, neste trabalho, que o patrulheiro receba formação específica direccionada exclusivamente para este tipo de policiamento, de forma a tornar-se num verdadeiro especialista na matéria, função esta que é tão solicitada e requer bastante do militar.

Desta forma, propõe-se que seja projectada uma formação específica para os militares afectos a este policiamento, ou para os que já fazem parte da SPE, dado que já são

possuidores de alguma experiência nesse âmbito e a formação destes militares só iria melhorar a sua actuação, e consecutivamente o serviço prestado aos cidadãos.

Recomenda-se, também, que se produzam manuais referentes ao “policiamento de proximidade”, uniformizando e legitimando métodos, técnicas, e procedimentos para todo o dispositivo, para que um policiamento próximo da população seja efectivamente implantado na GNR de maneira sistemática, organizada e real.

Para finalizar, um policiamento deste tipo não deve ser levado com tanta leveza, como é descrito por muitos estudiosos e teóricos, mas sim, de uma forma mais consciente e realista, adaptando o “policiamento de proximidade” às vivências e características reais de cada país.

5.5 LIMITAÇÕES DA INVESTIGAÇÃO

Quando foi referido, nos Capítulos 1 e 3 deste TIA, a metodologia adoptada para a sua elaboração, foi indicado o método da observação indirecta, o que se revelou como sendo o mais adequado para esta situação. De facto, a utilização de um método de observação directa, neste trabalho, requeria mais tempo e mais gastos económicos, pelo que não foi possível a sua utilização, apesar de este tipo de observação permitir percepção da realidade directamente como ela é e de uma maneira mais correcta.

Os inquéritos lançados podem ter também as suas limitações para a investigação, uma vez que a amostra utilizada para estudar o universo é bastante reduzida, não sendo, desta forma, a ideal. No entanto, devido à limitação de tempo, de custos e meios, foi a que se considerou mais adequada. Assim, sugeria-se que, em futuros trabalhos desta natureza, se aumentasse não só a amostra a estudar, mas também a fita temporal para a elaboração do TIA, de forma a possibilitar aprofundar mais a investigação do tema, e abranger um maior grupo de inquiridos, nomeadamente, Comandantes de DTer e de PTer, com vista à obtenção de resultados mais fidedignos que possam contribuir para a melhoria do serviço prestado pela GNR.

Outra das limitações encontradas, foi limitar a elaboração do trabalho a 40 páginas, o que se mostra bastante redutor, tanto no desenvolvimento do trabalho como no estudo dos dados recolhidos, havendo aspectos que não puderam ser abordados ou aprofundados.

5.6 INVESTIGAÇÕES FUTURAS

Depois da elaboração deste trabalho, na opinião do autor, futuramente deve-se conceder importância às seguintes investigações:

- Elaboração de uma Formação Específica no âmbito do “Policiamento de Proximidade”.
- Os Benefícios do “Policiamento de Proximidade” na Investigação Criminal.
- A Influência Cultural de uma Região no tipo de “Policiamento de Proximidade” empregue.

Estes são alguns temas que, futuramente, deveriam ser alvo de investigação, dado que contribuem não só para a evolução dos serviços prestados pela GNR à população, mas também para a obtenção de resultados relevantes que servirão de directriz para a própria instituição.

BIBLIOGRAFIA

BIBLIOGRAFIA CITADA

LIVROS

Alves, C. (2008). *Em busca de uma Sociologia da Polícia*. Lisboa: Edição da Guarda Nacional Republicana

Bardin, L. (1994). *Análise de conteúdo*. (2ª ed.) Lisboa: Edições 70

Bryman, A., & Cramer, D. (2001). *Análise de dados em Ciências Sociais “Introdução a Técnicas Utilizando o SPSS para Windows”* (D. Lopes, Trad.) (3ª ed.) Oeiras: Celta Editora. (Trabalho original publicado em 2001)

Carmo, H., & Ferreira, M. (1998). *Metodologia da Investigação Guia para Auto-aprendizagem*. Lisboa: Universidade Aberta

Deshaies, B. (1992). *Metodologia da Investigação em Ciências Sociais Humanas* (L. Baptista, Trad.) Lisboa: Instituto PIAGET. (Trabalho original publicado em 1992)

Fenech, G. (2001). *Tolerância Zero Acabar com a Criminalidade e a Violência Urbana* (J. Rosa., M. Lemos, Trad.) Mem Martins: Editorial Inquérito. (Trabalho original publicado em 2001)

Flick, U. (2005). *Métodos Qualitativos na Investigação Científica*. Lisboa: Monitor

Foddy, W. (1996). *Como perguntar “Teoria e prática da construção de perguntas em entrevistas e questionários”* (L. Campos, Trad.) (1ª ed.) Oeiras: Celta Editora. (Trabalho original publicado em 1993)

Fortin, F. (2000). *O processo de investigação*. Lisboa: Lusociência

Ghiglione, R., & Matalon, R. (2001). *O Inquérito* (C. Pires., A. Maurice., G. Monteiro, Trad.) (4ª ed.) Oeiras: Celta Editora. (Trabalho original publicado em 1977, 1998)

Hill, M., & Hill, A. (2009). *Investigação por Questionário*. (2ª ed.) Lisboa: Edições Sílabo

Jankowski, B. (1993). *La Police de Proximité: Regard de la Recherche sur un Nouveau Style de Police*. Paris: La Documentation Française

Ministério da Administração Interna. (1999). *Policiamento de Proximidade Técnicas de Proximidade*. Gráfica Peres

Ministério da Administração Interna. (2000). *Policiamento de Proximidade Parcerias e Mediação*. Gráfica Peres

Oliveira, J. (2006). *As Políticas de Segurança e os Modelos de Policiamento, A Emergência do Policiamento de Proximidade*. Lisboa: Almedina

Quivy, R., & Campenhoudt, L. V. (2008). *Manual de Investigação em Ciências Sociais Trajectos*. (J. Marques., M. Mendes., M. Carvalho, Trad.) (5ª ed.) Lisboa: Gradiva

Sarmiento, M. (2008). *Guia Prático sobre a Metodologia Científica para a Elaboração, Escrita e Apresentação de Teses de Doutoramento, Dissertações de Mestrado e Trabalhos de Investigação Aplicada*. (2ª ed.) Lisboa: Universidade Lusíada Editora

Silva, A. & Pinto, J. (1999). *Metodologia das Ciências Sociais*. (10ª ed.) Porto: Edições Afrontamento

ARTIGOS

Viegas, J. (1998). *Policiamento de proximidade, uma responsabilidade partilhada – o papel das relações de parceria*. Recuperado em 4 de Junho, 2010, http://www.gnr.pt/portal/internet/gabinete_imprensa/estudos_artigos/artigos_2.asp

Vicente, P. & Reis, E. (1998). *As sondagens e a população – o que fazer para a reconciliação*. Recuperado em 5 de Junho, 2010, http://www.google.pt/#hl=pt-BR&q=recusas+porqu%C3%AA+as+sondagens++reis&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=&fp=6f6ca1f3f6257506

DOCUMENTOS ELECTRÓNICOS

Instituto Nacional de Estatística. (2009). *Anuário Estatístico da Região de Lisboa – 2008*. Recuperado em 3 de Junho, 2010, em http://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_publicacoes&PUBLICACOESpub_boui=79281887&PUBLICACOESmodo=2

Ministério da Administração Interna. (2010). *Relatório Anual de Segurança Interna 2009*. Recuperado em 5 de Junho, 2010, em <http://www.mai.gov.pt/index.php?s=actualidade&actualidade=165>

ADT Fire & Security. (2009). *4ª Edição do Barómetro ADT Fire & Security “Segurança, Protecção de Dados e Privacidade em Portugal”*. Recuperado em 10 de Junho, 2010, em <http://www.adt.pt/4edicao-barometro-adt-seguranca-proteccao-de-dados-e-privacidade-em-portugal.htm>

SITES CONSULTADOS

1. ADT Fire & Security

www.adt.pt

Fornece informações sobre sondagens a nível nacional (Acedido em 10 de Junho de 2010).

2. Biblioteca Nacional

www.bn.pt

Fornece um conjunto de informações acerca da Biblioteca Nacional, bem como o acesso a base de dados de bibliografia (Acedido em 16 de Junho de 2010).

3. Dicionário On-line

www.portoeditora.pt

Fornece definições de palavras (Acedido em 13 de Junho de 2010).

4. Guarda Nacional Republicana

www.gnr.pt

Fornece informações e artigos acerca da GNR (Acedido em 3 de Junho de 2010).

5. Instituto Nacional de Estatística

www.ine.pt

Fornece informações estatísticas a nível nacional (Acedido em 3 de Junho de 2010).

6. Ministério da Administração Interna

www.mai.gov.pt

Apresenta informações sobre o seu organigrama, os seus responsáveis, programas e vários organismos ligados ao Ministério (Acedido em 1 de Junho de 2010).

7. Portal do Governo

www.portugal.gov.pt

Reúne informações e documentos sobre Portugal e o Governo Português desde 1974 (Acedido em 1 de Junho de 2010).

8. United Kingdom Police

www.police.uk

Fornece informações sobre a polícia do Reino Unido (Acedido em 6 de Junho de 2010).

LEGISLAÇÃO

Lei Nº 33/98, de 18 de Junho – Aprova a criação dos Concelhos Municipais de Segurança tal como as suas funções e competências.

Decreto-Lei Nº 31/99 de 19 de Novembro – Estabelece um conjunto de medidas a serem utilizadas no Policiamento de Proximidade.

Despacho Conjunto Nº 25650/06 de 19 de Dezembro – Define as regras do Programa Escola Segura.

MONOGRAFIAS

António, M. F. (2003). *Necessidade e efeitos da Proximidade Policial, Tese Final de Curso em Ciências Policiais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Chumbinho, A. H. P. (2002). *Policiamento de Proximidade, Tese Final de Curso em Ciências Policiais*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Policiais e Segurança Interna.

Damas, A. G. A. (2004). *Comunidades migrantes, criminalidade e integração social – Estudo de caso do programa de Policiamento de Proximidade no bairro “Urbanização dos Terraços da Ponte”, Tese de Mestrado em Relações Interculturais*. Lisboa: Universidade Aberta.

Moleirinho, P. M. S. E. (2009). *Da Polícia de Proximidade ao Policiamento Orientado pelas Informações, Dissertação de Mestrado em Direito e Segurança*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

APÊNDICES

APÊNDICE A - Guião da entrevista

1) **Tema:** O Policiamento de Proximidade: Que modelo para a GNR?

2) **Entrevistador:** Aspirante de Infantaria Ivo Pona

3) **Entrevistado:** Capitão Rogério Copeto

4) **Objectivos gerais:**

- a) Saber em que consiste o Policiamento de Proximidade empregue pela GNR.
- b) Saber se existe formação adequada dos patrulheiros para o Policiamento de Proximidade.
- c) Saber que programas da GNR têm mais resultados e mais limitações.
- d) Saber, através da visão da GNR, se o Policiamento de Proximidade implantado faz frente ao Sentimento de Insegurança que se vive na população.
- e) Obter perspectivas sobre o futuro do Policiamento de Proximidade.

5) **Blocos Temáticos**

Bloco A: Legitimação da entrevista e apresentação.

Bloco B: Implementação do Policiamento de Proximidade na GNR.

Bloco C: Programas e Formação no Policiamento de Proximidade.

Bloco D: Sentimento de Insegurança e visão futura.

6) **Estratégia**

Considerando os objectivos acima explanados, pretendeu-se que esta entrevista fosse do tipo semi-directiva, com o objectivo de adquirir informações importantes respeitantes ao emprego do “policiamento de proximidade” pela GNR, a nível nacional.

Este tipo de entrevista requer que o entrevistado fale abertamente e, cada vez que este se afaste do âmbito da questão, o entrevistador irá reencaminhá-lo para os objectivos da entrevista.

A entidade acima referida foi escolhida, por se crer que seria aquela que possui um maior conhecimento e experiência privilegiada acerca do assunto referido.

No quadro abaixo estão expostos os blocos temáticos abordados, bem como os seus objectivos e questões a colocar para os alcançar.

Blocos	Objectivos específicos	Formulário das perguntas	Notas
<p>Bloco A: Legitimação da entrevista e apresentação.</p>	<p>-Apresentação do entrevistador;</p> <p>-Explicar os objectivos gerais da entrevista;</p> <p>-Estabelecer um ambiente calmo e de confiança;</p> <p>-Legitimar a entrevista;</p> <p>-Motivar o entrevistado.</p>	<p>1. Antes da entrevista ter início, gostaria de saber se tem alguma questão a colocar, alguma dúvida sobre o trabalho e/ou esta entrevista?</p> <p>2. Importa-se que esta entrevista seja gravada e usada no trabalho que estou a realizar?</p> <p>3. Quais as funções que desempenha actualmente na GNR?</p>	<p>-Referir ao entrevistado quais os objectivos do trabalho.</p>
<p>Bloco B: Implementação do Policiamento de Proximidade na GNR.</p>	<p>-Saber como está implementado o Policiamento de Proximidade na GNR;</p> <p>-Saber para que zonas é direccionado;</p> <p>-Saber qual o patrulhamento mais eficaz no Policiamento de Proximidade.</p>	<p>4. Como está a ser empregue o Policiamento de Proximidade, pela GNR, no terreno?</p> <p>5. Para que zonas é direccionado o Policiamento de Proximidade?</p> <p>6. Qual o patrulhamento que, na sua opinião, se mostra mais eficaz no Policiamento de Proximidade?</p>	
<p>Bloco C: Programas e Formação no Policiamento de Proximidade.</p>	<p>-Saber se existe formação dos militares ao nível do Policiamento de Proximidade;</p> <p>-Saber os programas com mais resultados e mais limitações.</p>	<p>7. É dada aos patrulheiros algum tipo de formação específica direccionada exclusivamente para o Policiamento de Proximidade?</p> <p>8. Dos programas que existem desenvolvidos na</p>	

		GNR ao nível do Policiamento de Proximidade, quais os que destaca com mais resultados e mais limitações?	
Bloco D: Sentimento de Insegurança e visão futura.	<p>-Saber se o actual Policiamento de Proximidade é eficaz na diminuição do Sentimento de Insegurança;</p> <p>-Saber possíveis medidas a serem tomadas no Policiamento de Proximidade.</p>	<p>9. Na sua opinião, acha que o Policiamento de Proximidade, actualmente empregue pela GNR, consegue fazer frente ao Sentimento de Insegurança vivido pela população da Zona de Acção do Destacamento Territorial do Montijo e seus Postos Territoriais?</p> <p>10. Que medidas futuras podem ser tidas em conta para o Policiamento de Proximidade?</p>	<p>-Fazer uma introdução relativa ao Sentimento de Insegurança que se vive na ZA do DTer do Montijo e seus PTER.</p>

APÊNDICE B - Transcrição da entrevista realizada

Entrevistado: Capitão Rogério Copeto

Local: Comando Geral

Data: 2 de Julho de 2010

Pergunta 1. Antes da entrevista ter início, gostaria de saber se tem alguma questão a colocar, alguma dúvida sobre o trabalho e/ou esta entrevista?

Resposta 1: Não.

Pergunta 2. Importa-se que esta entrevista seja gravada e usada no trabalho que estou a realizar?

Resposta 2: Não.

Pergunta3. Quais as funções que desempenha actualmente na GNR?

Resposta 3: Responsável pelos Programas Especiais da Divisão de Emprego Operacional, da Direcção de Operações do Comando Geral.

Pergunta 4. Como está a ser empregue o Policiamento de Proximidade pela GNR no terreno?

Resposta 4: Aquilo que no dia-a-dia se verifica é que o “policiamento de proximidade” parte do princípio de que são as próprias patrulhas do PTer que o põem em prática, no entanto, não há patrulhas específicas a efectuarem somente este policiamento, mas existe sim uma secção de programas especiais que consoante as necessidades, por vezes são escalados para este tipo de policiamento.

Pergunta 5. Para que zonas é direccionado o Policiamento de Proximidade?

Resposta 5: Este policiamento deve ser direccionado para zonas mais recônditas, zonas com maus acessos, ou seja, todas as zonas onde as pessoas tenham menos possibilidade de contactar com a GNR, e principalmente locais onde se verifique uma maior iminência de ocorrência de crimes. No entanto, através dos programas que a GNR tem, este policiamento

é dirigido também aos comerciantes que são alvos de muitos crimes, dirigido a zonas escolares e outros locais que façam parte de programas existentes na GNR.

Pergunta 6. Qual o patrulhamento que, na sua opinião, se mostra mais eficaz no Policiamento de Proximidade?

Resposta 6: Tanto na minha opinião, como o que doutrinariamente está definido como sendo o mais adequado neste tipo de policiamento, é o patrulhamento a pé. Isto porque de uma forma geral, existe um maior contacto com a população se o militar se deslocar a pé, conseguindo reunir informações ou qualquer problema que a população tenha, do que se deslocar em viatura ou a cavalo. Durante este patrulhamento, os militares conseguem e devem também contactar com as entidades mais representativas das localidades, de forma a ser criada alguma empatia e conseguirem chegar ao verdadeiro problema das pessoas.

Pergunta 7. É dada aos patrulheiros algum tipo de formação específica e direccionada exclusivamente para o Policiamento de Proximidade?

Resposta 7: Não, e essa é uma das grandes lacunas que existe no “policiamento de proximidade”, isto porque para além de existirem instruções periódicas nos Destacamentos Territoriais, estas abordam temas variados relativos ao serviço geral dos militares, e não aquilo que se pretende ao nível do “policiamento de proximidade”, que é formação específica de militares neste policiamento. Isso seria possível com a formação específica dos militares das secções de programas especiais (SPE), que desta forma poderiam executar apenas “policiamento de proximidade” sem se preocupar com outros serviços, no entanto devido à escassez de militares isto torna-se bastante difícil de implementar.

Pergunta 8. Dos projectos/programas que existem desenvolvidos na GNR ao nível do Policiamento de Proximidade, quais os que destaca com mais resultados e mais limitações?

Resposta 8: O programa que a meu ver tem mais vantagens, é o programa “Escola Segura”, que traz também um benefício a curto e longo prazo, isto porque o facto das crianças crescerem com este tipo de sensibilização, faz com que tenham mais cuidados agora, enquanto são jovens, mas também mais tarde, dado que este programa actua como uma disciplina que vai seguir com eles durante largos anos da sua vida. Aqueles que têm mais limitações são os programas “Idosos em Segurança” e “Comércio Seguro”, isto porque o seu bom emprego varia entre as muitas localidades, pelas diferenças que existe tanto ao nível do comércio como ao nível de população idosa.

Pergunta 9. Na sua opinião, acha que o Policiamento de Proximidade actualmente empregue pela GNR, consegue fazer frente ao Sentimento de Insegurança vivido pela população da Zona de Acção do Destacamento Territorial do Montijo e seus Postos Territoriais?

Resposta 9: Nas regiões pequenas penso que sim, no entanto nos locais onde se verifica grande índice de criminalidade, na minha opinião, o “policiamento de proximidade” empregue pela GNR não consegue fazer frente ao sentimento de insegurança da população. No entanto penso que o aumento de efectivo, que viria dar um aumento da visibilidade e uma maior interacção dos militares com a população, conseguia contribuir muito para a diminuição do sentimento de insegurança, não só dos mais novos mas principalmente dos mais velhos.

Pergunta 10. Que medidas futuras podem ser tidas em conta para o Policiamento de Proximidade?

Resposta 10: A meu ver, para ser executado um bom “policiamento de proximidade” é necessário um aumento de efectivo e uma formação adequada dos militares que executam este policiamento. Como responsável dos programas especiais, penso que deveria haver a regulação das SPE, através de uma Norma de Execução Permanente (NEP), de forma a estarem legitimadas nas suas acções, e deveria haver também a formação dos militares desta secção, de forma a estes estarem perfeitamente aptos a executar diariamente um verdadeiro “policiamento de proximidade”.

APÊNDICE C - Questionário realizado à comunidade residente na ZA do DTer do Montijo e seus PTer



INQUÉRITO À COMUNIDADE RESIDENTE NA ZONA DE ACÇÃO DO DESTACAMENTO TERRITORIAL DO MONTIJO E SEUS POSTOS TERRITORIAIS ACADEMIA MILITAR TRABALHO DE INVESTIGAÇÃO APLICADA INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

A. PREÂMBULO

A sua colaboração é um contributo importante para a realização deste trabalho, que pretende melhorar o serviço prestado ao cidadão pela Guarda Nacional Republicana.

Desde já se agradece a cooperação.

Este inquérito é parte integrante de um trabalho de investigação aplicada no âmbito do tirocínio para oficiais do quadro permanente da Guarda Nacional Republicana, a decorrer na Academia Militar, subordinado ao tema “*O Policiamento de Proximidade: Que modelo para a GNR?*”.

O que aqui referir **tem carácter confidencial, anónimo, tem curta duração** e destina-se a conhecer a sua opinião pessoal, sobre diversos aspectos relacionados com a actuação da GNR.

A.1. Instruções de preenchimento

- 1- Em cada pergunta, escolha apenas uma opção;
- 2- Preencha apenas os espaços designados para o efeito;
- 3- Agradece-se a maior sinceridade possível;
- 4- Em caso de alguma dúvida coloque a questão ao Aspirante Ivo Pona que está no local.

B. Complete

B.1. Sexo:

M

F

B.2. Idade (anos):

<input type="checkbox"/>	0 – 14 anos
<input type="checkbox"/>	15 – 24 anos
<input type="checkbox"/>	25 – 64 anos
<input type="checkbox"/>	65 e mais anos

C. Assinale com um **X**, o seu grau de concordância com as seguintes afirmações, considerando a codificação apresentada na seguinte tabela.

1	2	3	4	5
DISCORDO TOTALMENTE	DISCORDO	NÃO TENHO OPINIÃO	CONCORDO	CONCORDO TOTALMENTE

Afirmações	1	2	3	4	5
1 – Os militares da GNR patrulham as ruas habitualmente.					
2 – Os militares da GNR preocupam-se em abordá-lo para se inteirarem do que acontece no local.					
3 – Os militares da GNR têm uma postura e comportamentos correctos no seu atendimento ao público.					
4 – O militar da GNR é educado e faz-se entender com clareza.					
5 – O militar da GNR revela interesse quando lhe apresenta um problema, preocupando-se com ele.					
6 – Sente que a GNR local está próxima da população.					

7 – Quando vê uma patrulha da GNR, os militares costumam estar:

A pé	Em viatura	A cavalo	Outros/Quais: _____
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

8 – Com que patrulhamento se sente mais seguro(a)?

A pé	Em viatura	A cavalo	Outros/Quais: _____
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

9 – Quando a GNR se encontra próxima de si, como classifica o sentimento de segurança que tem?

Inseguro(a)	Seguro(a)	Muito seguro(a)	Não sabe/Não responde
<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

10 – Refira 3 (três) aspectos que, no seu entender, a GNR deveria mudar ou implementar para diminuir os sentimentos de insegurança da população.

- a. _____
- b. _____
- c. _____

Obrigado pela sua colaboração

FIM

APÊNDICE D – Quadros de Resultados

Quadro 3 – Teste Alfa de Cronbach.

Teste Alfa de Cronbach	
Coeficiente Alfa	Número de Questões
0,711	11

Quadros de Resultados do Inquérito por Questionário feito à comunidade residente na ZA do DTer do Montijo e seus PTER

Quadro 4 – Afirmação nº1: Os militares da GNR patrulham as ruas habitualmente.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2	53	31,2	31,2	31,2
	3	1	0,6	0,6	31,8
	4	109	64,1	64,1	95,9
	5	7	4,1	4,1	100,0
	Total	170	100,0	100,0	

Quadro 5 – Afirmação nº2: Os militares da GNR preocupam-se em abordá-lo para se inteirarem do que acontece no local.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	3	1,8	1,8	1,8
	2	112	65,9	65,9	67,6
	3	7	4,1	4,1	71,8
	4	43	25,3	25,3	97,1
	5	5	2,9	2,9	100,0
	Total	170	100,0	100,0	

Quadro 6 – Afirmação nº3: Os militares da GNR têm uma postura e comportamentos correctos no seu atendimento ao público.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2	31	18,2	18,2	18,2
	3	11	6,5	6,5	24,7
	4	122	71,8	71,8	96,5
	5	6	3,5	3,5	100,0
	Total	170	100,0	100,0	

Quadro 7 – Afirmação nº4: O militar da GNR é educado e faz-se entender com clareza.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	2	12	7,1	7,1	7,1
	3	10	5,9	5,9	12,9
	4	142	83,5	83,5	96,5
	5	6	3,5	3,5	100,0
	Total	170	100,0	100,0	

Quadro 8 – Afirmação nº5: O militar da GNR revela interesse quando lhe apresenta um problema, preocupando-se com ele.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	2	1,2	1,2	1,2
	2	39	22,9	22,9	24,1
	3	14	8,2	8,2	32,4
	4	109	64,1	64,1	96,5
	5	6	3,5	3,5	100,0
	Total	170	100,0	100,0	

Quadro 9 – Afirmação nº6: Sente que a GNR local está próxima da população.

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	1	2	1,2	1,2	1,2
	2	37	21,8	21,8	22,9
	3	8	4,7	4,7	27,6
	4	109	64,1	64,1	91,8
	5	14	8,2	8,2	100,0
	Total	170	100,0	100,0	

Quadro 10 – Questão nº7: Quando vê uma patrulha da GNR, os militares costumam estar:

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	A pé	23	13,5	13,5	13,5
	Em viatura	147	86,5	86,5	100,0
	Total	170	100,0	100,0	

Quadro 11 – Questão nº8: Com que patrulhamento se sente mais seguro(a)?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	A pé	132	77,6	77,6	77,6
	Em viatura	26	15,3	15,3	92,9
	A cavalo	12	7,1	7,1	100,0
	Total	170	100,0	100,0	

Quadro 12 – Questão nº9: Quando a GNR se encontra próxima de si, como classifica o sentimento de segurança que tem?

		Frequency	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Valid	Inseguro(a)	15	8,8	8,8	8,8
	Seguro(a)	130	76,5	76,5	85,3
	Muito seguro(a)	25	14,7	14,7	100,0
	Total	170	100,0	100,0	

APÊNDICE E – Modelo “Prexvu”

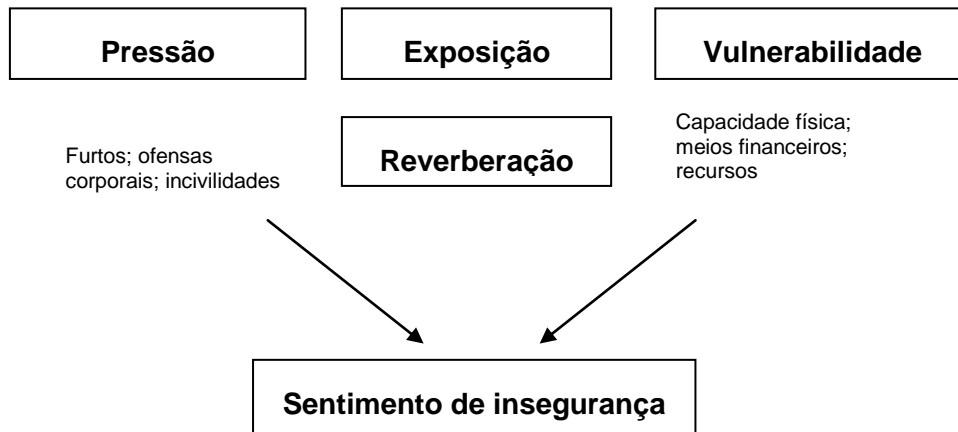


Figura 1 – Modelo “Prexvu”.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2006, p.58).

O sentimento de insegurança, segundo Roché (1993), Robert e Pottier (1997), Skogan (1990) e Lagrange (1995), explica-se não apenas referindo a insegurança objectiva, mas também na conjugação de factores expostos na figura 1 (Oliveira, 2006).

O modelo “Prexvu” explica que o sentimento de insegurança se forma em função de três factores: a pressão, que está relacionada com a delinquência, através de furtos, agressões e incivildades e, desta forma, pode-se afirmar que o sentimento de insegurança e o crime se interligam, não constituindo fenómenos independentes; o segundo factor deriva da capacidade dos indivíduos em reduzirem a sua exposição e a dos que lhe são próximos (reverberação); o terceiro, resulta da perda da capacidade de protecção das pessoas, ou seja, da sua própria vulnerabilidade (Oliveira, 2006).

Assim, o sentimento de insegurança que se vive, segundo Oliveira (2006, p.58), “...é construído em função da pressão da delinquência, da exposição pessoal ou daqueles que nos estão próximos e da vulnerabilidade dos próprios indivíduos”.

APÊNDICE F – Programa Integrado de Policiamento de Proximidade

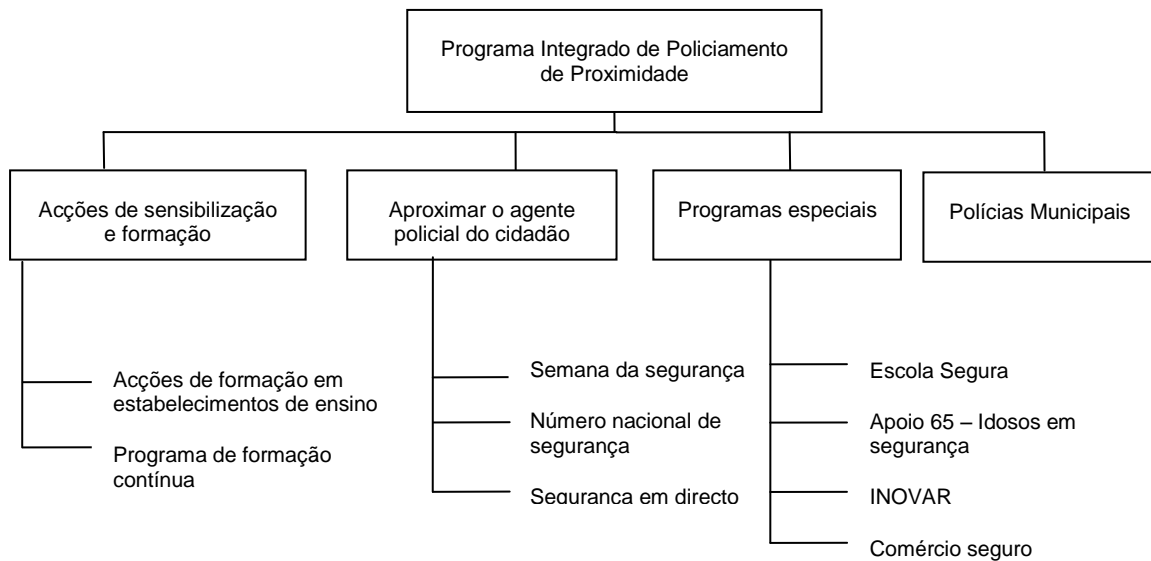


Figura 2 - Organização do programa integrado de policiamento de proximidade.

Fonte: Adaptado de Oliveira (2006, p.298).

O Programa Integrado de Policiamento de Proximidade (PIPP) surgiu com a necessidade de aumentar a eficácia das Forças de Segurança no combate à criminalidade, fazendo face ao sentimento de insegurança da população.

Assim, em 1999, durante o XIII Governo Constitucional, foi implementado o PIPP, que consistia numa política de polícia de proximidade, cujo principal objectivo era criar laços entre as comunidades e as Forças de Segurança (Damas, 2004).

Desta forma, o PIPP estruturou-se em quatro eixos:

- No primeiro eixo, o programa estava orientado para as “Acções de sensibilização e formação”, prevendo duas medidas principais, que eram as acções de formação em estabelecimento de ensino e um programa de formação contínua.
- No segundo eixo, o PIPP estava dirigido no sentido de “Aproximar o agente policial ao cidadão”, criando algumas iniciativas de sensibilização da população.
- No terceiro eixo, criava os “Programas especiais”, orientados para a resolução de problemas específicos, tendo programas como, “Escola Segura”, “Apoio 65 – Idosos em Segurança”, “INOVAR” e “Comércio Seguro”.
- No quarto eixo, este PIPP estava orientado para o apoio à implementação das Polícias Municipais.

APÊNDICE G - População residente, por concelho e freguesias, na ZA do DTer do Montijo e seus PTer

Quadro 13 - População residente, por concelho e freguesias, na zona de acção do DTer do Montijo e seus PTer.

Concelhos	Freguesias	População residente	Total
Alcochete	Alcochete	9094	13010
	Samouco	2788	
	São Francisco	1128	
Barreiro	Coina	1576	13783
	Palhais	1224	
	Santo António da Charneca	10983	
Moita	Alhos Vedros	12614	31377
	Gaio/Rosário	987	
	Moita	16727	
	Sarilhos Pequenos	1049	
Montijo	Afonsoeiro	3536	16253
	Alto Estaqueiro Jardia	2722	
	Atalaia	1312	
	Sarilhos Grandes	3218	
	Canha	1907	
	Pegões	2104	
	Santo Isidro de Pegões	1454	

A figura acima explanada, foi cedida gentilmente pelo Comandante do DTer do Montijo, e baseia-se nos censos de 2001, do Instituto Nacional de Estatística.

A comunidade residente na ZA do DTer do Montijo e seus PTer, constitui o universo a ser estudado, composto pelas 17 freguesias acima expostas. O somatório da população residente, perfaz 74 423 pessoas.

APÊNDICE H - Policiamento de Proximidade (Police de Proximité)

Modelo Francófono

Em França, a necessidade de criar condições que conseguissem promover a aproximação da polícia às populações, começou a ter alguma relevância por volta da década de 80, depois de se terem analisado os problemas que mais afectavam a polícia no seu quotidiano (Damas, 2004). Assim, como necessidade de restabelecer os laços com a população, de acordo com Alves (2008), foi implementado o policiamento urbano, que se distinguia maioritariamente pela luta contra a delinquência, elaborando-se algumas medidas com o objectivo de intensificar a presença policial na via pública e no desenvolvimento do *îlotage* (individualização operacional de agrupamento ou células de casario, com atribuição do seu patrulhamento a agentes actuando apeados, especializados e permanentes).

Embora a noção de proximidade tenha aparecido nos discursos sobre polícia nos anos de 1988 e 1989, o termo polícia de proximidade impõe-se mais tarde. É apenas a partir do ano de 1990, que as circulares internas fazem referência à polícia de proximidade, e que o conceito começa a expandir-se no discurso administrativo e político, significando, inicialmente, a luta contra a pequena e média criminalidade, passando a traduzir-se, depois, na ideia de uma aproximação da polícia à população (Jankowski, 1993).

Só a partir de 1992, é que se associou à polícia de proximidade a ideia de uma aproximação da polícia à população, que passava pelo desenvolvimento do *îlotage*, pela melhoria do atendimento nos comissariados e pelo reforço da polícia na via pública (Jankowski, 1993).

Assim, se inicialmente o conceito era entendido como o simples combate à pequena e média criminalidade, a evolução posterior que se operou permitiu ampliar o seu sentido, tendo agora uma nova dimensão que exigia a atenção quanto às necessidades expressas pelos cidadãos em matéria de segurança, criando a ideia da polícia como instituição prestadora de serviços aos cidadãos (Alves, 2008).

APÊNDICE I - Policiamento Comunitário (Community Policing)

Modelo Anglo-Saxónico

Relativamente ao policiamento comunitário, que surgiu nos anos 60 e 70 do século XX nos Estados Unidos da América, mais propriamente em Nova Iorque, teve a sua ascensão na Grã-Bretanha, onde “John Alderson, em 1979, publicou uma declaração sobre polícia comunitária, cujo objectivo seria prevenir o crime através do desenvolvimento da integração e da coesão sociais” (Alves *apud* Waddington, 2008, p.199).

Este tipo de policiamento obedece a alguns princípios, sendo um deles, o facto de esta polícia comunitária se fundamentar numa descentralização organizacional e numa reorientação das actividades de patrulhamento, com o objectivo de haver uma boa comunicação entre a polícia e a comunidade. É desenvolvida, ainda, uma acção maioritariamente orientada para a solução de problemas, constituindo o verdadeiro trabalho da polícia, isto porque origina uma forma de compreensão e identificação dos problemas dos cidadãos e, desta forma, obriga os polícias a estarem atentos às expectativas e solicitações da comunidade (Alves, 2008).

O policiamento comunitário tem como iniciativa o trabalho com instituições e organizações locais, com o intuito de ajudá-las a gerir a sua segurança. Desta forma, a polícia consegue compreender algumas características da comunidade, e esta, por sua vez, verifica que tem um papel importante na actuação da polícia, ou seja, que o policiamento não é feito apenas para a comunidade, mas sim com a comunidade (Alves, 2008).

A polícia comunitária utiliza diferentes tácticas com a finalidade de melhorar a qualidade de vida e a satisfação dos cidadãos, que são elas, o patrulhamento apeado e a resolução de problemas ao nível da vizinhança. No entanto, esta polícia necessita de manter e desenvolver laços organizacionais e operacionais com agências públicas e privadas, voluntários e associações de vizinhança, necessitando, igualmente, de estar próxima da comunidade, de forma a ser sempre conhecida pelos residentes e não apenas quando houver obrigação de prender alguém (Alves, 2008).

As acções de polícia comunitária, correm sérios riscos de se tornarem num objectivo político, e a grande liberdade que os agentes têm para actuar, bem como as soluções práticas que estes dedicam na resolução de problemas, por vezes, pode envolver alguma ambiguidade. No entanto, o profissionalismo e o trabalho do polícia deveriam ser inquestionáveis. Nesta linha de pensamento, a estabilidade que a polícia comunitária requer dificulta que os elementos da população consigam controlar a possível corrupção dos polícias e, desta forma, todas as influências negativas que existam, devem ser controladas e neutralizadas (Alves, 2008).

ANEXOS

ANEXO J - Evolução da criminalidade nos últimos sete anos

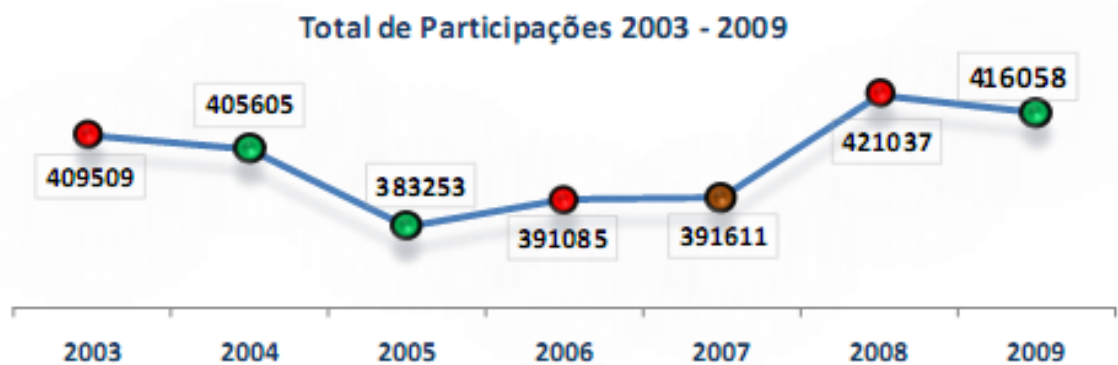


Gráfico 11 - Representativo da evolução das participações da criminalidade geral nos últimos sete anos.
Fonte: RASI (2009, p.42).

“Os dados registados em 2009 demonstram uma inversão da tendência crescente iniciada em 2006.” (RASI, 2009, p.42).

“Comparando os registos de 2008 e 2009, no que respeita aos 15 delitos mais participados, sofreram variações positivas os seguintes crimes: incêndio/fogo posto em floresta, mata, arvoredo ou seara (mais 3611 participações, 60,9%); violência doméstica contra cônjuge ou análogos (mais 2867 registos, 14,1%); contrafacção ou falsificação e passagem de moeda falsa (mais 2171 registos, 23,2%); e roubo na via pública, excepto esticção (mais 539 registos, 5,3%).

As variações negativas mais significativas verificam-se ao nível dos crimes de furto em residência c/arrombamento, escalamento ou chaves falsas (menos 3627 casos, -12,2%); furto de veículo motorizado (menos 2732 registos, -10,8%); e furto por carteirista (menos 1637 registos, -11%).” (RASI, 2009, p.42-43).

ANEXO K - Sistema Policial do Reino Unido



Figura 3 - Mapa do território nacional do Reino Unido.

Fonte: Ver <http://www.map-of-uk.com/images/map-of-uk.gif>, acessado a 6 de Junho de 2010.

O Reino Unido está dividido em dez regiões diferentes, correspondendo a cada região uma Association of Chief Police Officers (ACPO). Assim, o Reino Unido é constituído pela ACPO London Region, ACPO(S) Scotland Region, ACPO North East Region, ACPO North West Region, ACPO East Midlands Region, ACPO West Midlands Region, ACPO Wales Region, ACPO South West Region, ACPO South East Region e a ACPO Eastern Region.

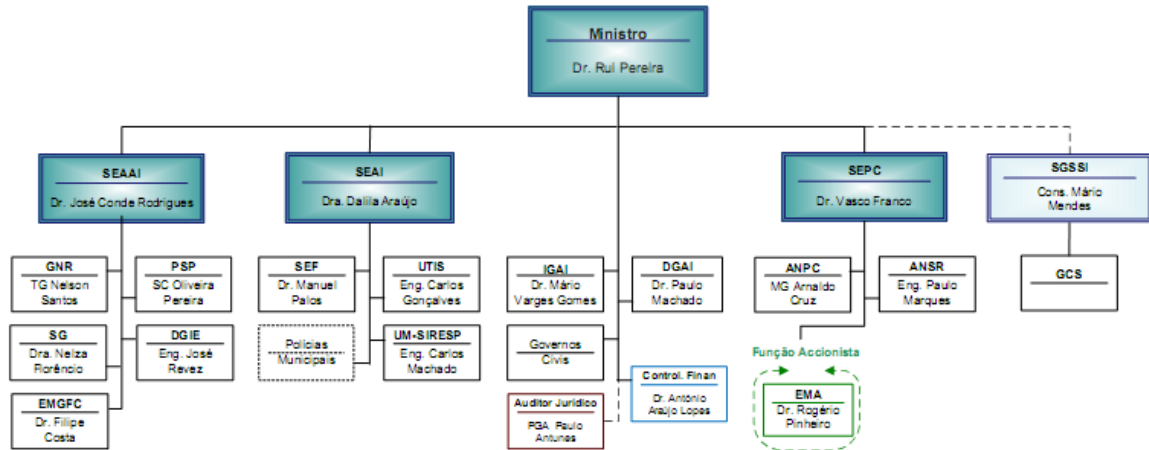
Existem, ainda, 8 tipos de forças policiais implantados em cada uma destas dez regiões, sendo elas a British Transport Police, a Central Motorway Policing Group, a Civil Nuclear Constabulary (formerly UKAEA Constabulary), a Ministry of Defence Police, a Port of Dover Police, a Port of Liverpool Police, a National Crime Squad e a Scottish Drug Enforcement Agency (Ver <http://www.police.uk/forces.htm>, acessado a 20 de Junho de 2010).

ANEXO L - Sistema Policial Português



Ministério da Administração Interna

Organograma



Notas:

O SGSSI depende do Primeiro Ministro, mas funciona, por sua delegação, na dependência do Ministro da Administração Interna.

Os Governos Cívicos representam o Governo e dependem, orgânica e hierarquicamente, do Ministro da Administração Interna.

As competências da GNR e da PSP na área da proteção civil estão delegadas no SEPC.

Sem prejuízo da delegação de competências no SEAAI, na SEAI e no SEPC, a GNR, a PSP e o SEF estão na dependência hierárquica e orgânica do MAI.

As Polícias Municipais dependem dos Presidentes das Câmaras Municipais, cabendo à SEAI exercer as competências que a lei reserva ao MAI.

O Auditor Jurídico é um Procurador-Geral Adjunto (PGA) nomeado pelo PGR, ao abrigo do artigo 44º, do Estatuto do Ministério Público

- Membros do Governo
- Governos Cívicos
- Serviços Centrais de Natureza Operacional
- Serviços Centrais de Suporte
- Polícias Municipais
- Controlador Financeiro
- Empresas sob controlo acionista do Estado

SGIAI / DBMIO
Maio 2010

Figura 4 - Organograma do Ministério da Administração Interna.

Fonte: Organograma/Atribuições do Ministério da Administração Interna (2009, p.1).

ANEXO M - 4ª Edição Barómetro 2009 “Segurança, Protecção de Dados e Privacidade em Portugal”

M.1. INSEGURANÇA

“Mais de metade dos portugueses considera que a sua segurança piorou nos últimos 12 meses, revela a 4.ª Edição do Barómetro “Segurança, Protecção de Dados e Privacidade em Portugal”. Para os próximos 12 meses as previsões também não são optimistas com 65,7% dos inquiridos a afirmar que a segurança irá piorar ou piorar bastante, tendência que se mantém desde 2006 data da 1.ª Edição do Barómetro” (4EBADTF&S, 2009, p. 2).

M.2. FACTORES CAUSADORES DE INSEGURANÇA

“De acordo com a análise dos dados, factores como o desemprego (58,9%), a imigração (45,1%) e novas formas de criminalidade (38,3%) contribuem para a sensação de insegurança generalizada e para 54,4% dos inquiridos os comportamentos anti-sociais afectam o sentimento de insegurança” (4EBADTF&S, 2009, p. 2).

M.3. MELHORAR CLIMA DE SEGURANÇA NO PAÍS

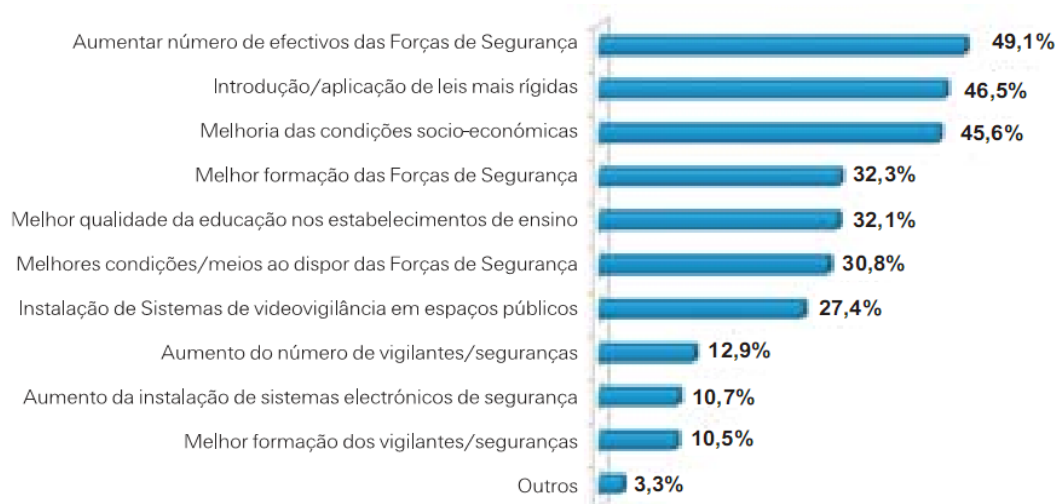


Gráfico 12 - Representativo da escolha dos inquiridos para melhorar o clima de segurança em Portugal.

Fonte: 4EBADTF&S (2009, p. 2).

“Para melhorar o clima de segurança no país, 49,1% dos inquiridos consideram que aumentar o número de efectivos das forças de segurança iria contribuir para um clima mais seguro ...” (4EBADTF&S, 2009, p. 2).

ANEXO N - Crimes registados pelas autoridades policiais por município segundo as categorias de crimes, 2007

Quadro 14 - Crimes registados pelas autoridades policiais por município segundo as categorias de crimes, 2007.

IV.2.5	Total	Contra as pessoas		Contra o património			Contra a vida em sociedade		Legislação avulsa		
		Total	Contra a integridade física	Total	dos quais:		Total	Condução de veículo com taxa de álcool igual ou superior a 1,2g/l	Contra o Estado	Total	Condução sem habilitação legal
					Furto/roubo por estêco e na via pública	Furto de veículo e em veículo motorizado					
Portugal	400 222	95 155	59 448	211 542	15 136	63 767	44 403	20 612	6 111	43 001	21 313
Continente	368 630	87 881	55 300	201 628	14 658	61 997	38 753	19 013	5 581	34 779	20 035
Lisboa	131 114	26 320	17 613	81 519	9 262	26 129	8 533	4 661	1 726	13 012	6 499
Grande Lisboa	95 496	18 465	12 624	60 055	7 692	18 192	6 334	3 576	1 227	9 412	4 449
Amadora	8 017	1 546	1 093	5 387	1 045	1 962	301	140	107	676	310
Cascais	9 090	2 091	1 403	5 340	460	2 073	641	378	109	909	553
Lisboa	39 523	6 166	4 319	26 080	3 439	5 717	3 115	1 876	533	3 627	1 384
Loures	6 506	1 524	1 048	4 038	588	1 244	326	116	103	515	251
Maia	2 823	536	279	1 311	26	532	347	235	47	582	306
Odivelas	4 720	1 031	743	2 641	359	995	356	231	74	617	475
Oeiras	6 058	1 319	850	3 575	278	1 340	365	150	50	749	468
Sintra	14 285	3 218	2 170	8 952	1 349	3 297	686	339	146	1 283	523
Vila Franca de Xira	4 474	1 034	719	2 731	148	1 032	197	111	58	454	179
Península de Setúbal	35 618	7 855	4 989	21 464	1 570	7 937	2 199	1 085	499	3 600	2 050
Alcochete	658	137	70	414	10	146	38	4	5	64	28
Almada	8 061	1 343	852	5 094	342	2 052	506	328	162	956	502
Barreiro	3 017	834	594	1 858	218	556	116	40	32	176	66
Moita	2 974	761	460	1 715	212	530	180	59	22	296	166
Montijo	2 045	474	279	1 223	43	419	127	46	25	196	115
Palmela	3 156	658	383	1 833	32	564	283	138	67	315	231
Seixal	6 424	1 384	855	4 126	350	1 599	317	117	46	551	242
Sesimbra	2 144	458	250	1 249	34	497	142	86	50	245	156
Setúbal	7 139	1 806	1 246	3 952	329	1 574	490	267	90	801	544

Fonte: Anuário Estatístico da Região Lisboa (2008, p.12)

No quadro acima explanado, pode-se ver a elevada taxa de criminalidade da região de Lisboa e dos diferentes concelhos que a compõem. Assim, através do quadro, vê-se que a Península de Setúbal representa aproximadamente um quarto da criminalidade da região de Lisboa que, por sua vez, apresenta aproximadamente um quarto da criminalidade do território português.

Os concelhos de Alcochete, Barreiro, Moita e Montijo, que pertencem à ZA do DTer do Montijo, perfazem um total de 8694 crimes, correspondendo, aproximadamente, a um quarto dos crimes registados na Península de Setúbal.

ANEXO O – Recusas – Porquê?

“A procura de justificações da reacção de recusa, fez-nos incluir no questionário uma questão aberta na qual os inquiridos eram solicitados a, espontaneamente, apontarem três razões potencialmente responsáveis pelas recusas.

De um total de 450 razões apresentadas, a mais referida foi a **Falta de Tempo ou de Disponibilidade para Colaborar** (24% do total de razões).

Seguiu-se a **Falta de Interesse em Participar**, com 16%. Nesta categoria de razões encontraram-se respostas que explicitamente referiam ser aborrecido responder a uma entrevista. A participação foi considerada por outros uma perda de tempo, enquanto o tema desinteressante e a pouca credibilidade das sondagens são outras razões invocadas para a ausência de interesse em colaborar.

Já com algum distanciamento surge a **Desconfiança em Relação à Abordagem** (9%). Algumas pessoas desconfiam do real propósito da entrevista. Associar o entrevistador com um vendedor ou mesmo com um ladrão, é um receio muitas vezes justificado por experiências anteriores negativas.

As **Características da Entrevista**, nomeadamente a duração, o local e o momento em que é feita é uma outra categoria de razões, com 8% de respostas. A duração excessiva, que quase nunca corresponde à inicialmente prometida, os locais seleccionados, alguns com pouca privacidade e os horários escolhidos são motivos de recusa.

Quanto à **Natureza dos Temas**, com 5% de respostas, destacam-se aqueles tópicos de estudo que são íntimos e pessoais e que, por produzirem no inquirido o sentimento de invasão de privacidade, levam também muitas vezes à recusa.

Outras razões menos significativas (com menos de 5% de respostas cada) foram invocadas, como a **Dificuldade de Desempenhar o Papel de Entrevistado** que engloba aspectos como o desconhecimento do tema, e portanto a dificuldade de falar sobre ele ou o receio de não saber responder.

O **Desconhecimento do que é e para que serve uma Sondagem**, a par da **Fraca Garantia de Confidencialidade/Anonimato**, e de **Aspectos que se Prendem com o Entrevistador** são factores menos referidos pelos inquiridos.”

Fonte: Vicente, P., & Reis, E. (1998). *As sondagens e a população – o que fazer para a reconciliação*.

Recuperado em 5 de Junho, 2010, em [http://www.google.pt/#hl=pt-](http://www.google.pt/#hl=pt-BR&q=recusas+porqu%C3%AA+as+sondagens++reis&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=&fp=6f6ca1f3f6257506)

[BR&q=recusas+porqu%C3%AA+as+sondagens++reis&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=&fp=6f6ca1f3f6257506](http://www.google.pt/#hl=pt-BR&q=recusas+porqu%C3%AA+as+sondagens++reis&aq=f&aqi=&aql=&oq=&gs_rfai=&fp=6f6ca1f3f6257506)